



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS DEMERSAIS DAS
REGIÕES SUDESTE E SUL (CPG DEMERSAIS SE/S)

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

REUNIÃO MISTA

PORTO ALEGRE/RS, 24, 25 e 26 de setembro de 2025

1. ABERTURA

A 4ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Demersais das Regiões Sudeste e Sul (CPG Demersais SE/S) ocorreu nos dias 24, 25 e 26 de setembro de 2025 em formato híbrido, sendo presencial na cidade de Porto Alegre - RS, e por videoconferência via plataforma Teams.

A Secretária Executiva, Sr.ª Sandra Souza, que conduziu a reunião, iniciou agradecendo a participação de todos e apresentando as orientações para o formato híbrido. Solicitou respeito ao tempo de fala, microfones fechados e câmeras abertas, além da assinatura da lista de presença virtual, reforçando que não seria admitido qualquer desrespeito. Em seguida, apresentou os membros e participantes, pedindo que se manifestassem quando chamados.

2. PARTICIPANTES

Relação dos membros, representantes e convidados que participaram da 4ª Reunião Ordinária do CPG Demersais SE/S:

ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL E ESTADUAL

(Portaria MPA nº 121, de 27 de julho de 2023)

- Secretaria-Executiva do CPG Demersais SE/S

Senhora Sandra Silvestre de Souza (Secretária Executiva)

Senhora Thamires Bride Ventura (Apoio Técnico)

Senhor Rafael Martins Pinheiro (Apoio Técnico)

Senhora Ananda S. Lima (Apoio Técnico)

Senhor Rodrigo Cesário Pereira Silva (Apoio Técnico)

Senhor Guilherme Scheidt (Apoio Técnico)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhor Caio Faro (Apoio Técnico)

- I. Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Senhora Rafaela Passarone (Convidada - SERMOP)

Senhor Leonardo Martins Pinheiro (Convidado - SNPA)

Senhora Edilene Pinheiro Ferreira (Convidada - SNPA)

Senhora Rafaela Maria Serra de Brito (Ouvinte - SNPA)

Senhora Elizabethy Ribeiro Almeida (Ouvinte - SE)

Senhora Esther Mirian Cardoso Mesquita (Ouvinte - SNPI)

Senhora Daniele Oliveira de Carvalho (Ouvinte)

Senhora Ana Paula Maia Doin (Ouvinte)

Senhor Dian Barreto da Cruz (Ouvinte)

- II. Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Senhor Roberto Ribas Gallucci (Titular)

Senhor Adrian Pereira da Silva (Convidado)

Senhora Veronica Alberto Barros (Convidada)

- IV. Estado-Maior da Armada da Marinha do Brasil (EMA/MB)

Senhor Comandante Alexandre Fonseca de Azeredo

- V. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

Senhor Luiz Eduardo Carvalho Bonilha (Titular)

- VI. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Senhora Roberta Aguiar dos Santos (Titular)

- VII. Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA-SP)

Senhor Antônio Olinto Ávila da Silva

- VIII. Secretaria Executiva da Aquicultura e da Pesca de Santa Catarina (SAQ-SC)

Senhor Tiago Bolan Frigo (Titular)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhor Valdori Alci de Almeida (Convidado)

Senhora Karinne Hoffmann (Convidada)

- IX. Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do Espírito Santo (SEAG/ES)

Senhora Inajara Marques Bezerra Oliveira (Suplente)

- X. Secretaria de Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul (SDR- RS)

Senhor Marlon Hilgert Arenhardt (Titular)

Senhora Letícia R. Souza (Convidada)

Senhor Jean Pierre Oses (Convidado)

- XII - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Rio de Janeiro (SEAPPA-RJ)

Senhora Mariana Loureiro Lima de Arruda Botelho

Senhora Francyne Carolina dos Santos Vieira

INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE ENVOLVIDAS COM A ATIVIDADE PESQUEIRA
(Portaria MPA nº 121, de 27 de julho de 2023)

- I. Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (ABIPESCA)

Senhora Laís Belsito Pestana (Titular)

- II. Associação de Pescadores Profissionais Artesanais de Emalhe Costeiro de Santa Catarina (APPAECSC)

Senhor Marcos Manoel Domingos (Titular)

Senhor Celso de Souza Botelho (Convidado)

- III. Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (AMFRI)

Senhor Frank Max Marques (Titular)

Senhor Ednilson dos Santos Júnior (Convidado)

Senhora Gabriela Mendonça Marques (Convidada - Universidade FEEVALE)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhor Juliano Jair dos Santos (Convidado)

- IV. Associação dos Pescadores, Maricultores e Lazer do Sahy (ASSOPESCA)

Senhor Paulo Roberto da Silva Santanna (Titular)

- V. Centro de Desenvolvimento de Pesca Sustentável do Brasil (CEDEPESCA BRASIL)

Senhora Rochelle Cruz de Araujo Bezerra (Titular)

- VI. Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura (CONEPE)

Senhor Carlos Eduardo O. de Arruda Villaça (Suplente)

Senhora Carla da Silva Tolentino (Convidada)

- IX. Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA)

Senhor Caetano Machado de Almeida Junior (Titular)

- XII. OCEANA Brasil

Senhor Martin Coachman Dias (Titular)

Senhora Letícia Bruning Canton (Suplente)

- Sindicato dos Armadores da Pesca do Estado do Rio Grande do Sul (SIDARPES -RS)

Senhor Alexandre Carinha Novo (Titular)

- Sindicato dos Armadores e das Indústrias da Pesca de Itajaí e Região (SINDIPI)

Senhor Fernando das Neves (Titular)

Senhora Geysa Marinho (Suplente)

Senhor Agnaldo Hilton dos Santos (Convidado)

Senhora Thaíza Barreto (Convidada)

Senhor José da Silveira Junior (Convidado)

Senhor Glauco Hassmann (Convidado)

Senhor Joaquim Felipe Anacleto (Convidado)

Senhor João Joventino (Convidado)

Senhor Rodrigo Orlando (Convidado)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

CONVIDADOS DO MPA E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES

- Grupo Técnico Científico (GTC)

Senhor Roberto Wahrlich (Coordenador do GTC)

- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado do Espírito Santo (SFPA-ES)

Senhor Gilney Soares Nascimento

- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado de Santa Catarina (SFPA-SC)

Senhor Reinaldo Minillo (Convidado)

- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado do Rio Grande do Sul (SFPA-RS)

Senhora Ana Spinelli (Superintendente)

Senhora Herica Pereira Rodrigues

Senhora Helena Kobattini Carvalho

Senhora Aline Teixeira

- Câmara de Desenvolvimento da Indústria da Pesca da FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina

Senhor Wilson Luiz Juliano dos Santos

- Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA)

Senhor John Early (Convidado - Representando também Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-03)

- Federação dos Pescadores de Santa Catarina (FEPESC)

Senhora Michele Hilgenberg Machado (Também representando a Colônia de Pescadores Z-02)

- Fórum da Lagoa dos Patos (FLP)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhor Matthews Rocha Mello

- Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-11

Senhora Amanda

- Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul – SC

Senhor Marcon Machado

- Instituto de Pesca de São Paulo

Senhora Mayra Jankowsky

Senhor Ivan Martins

- Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Senhora Deborah Prado

- Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Senhor Ivan Arthur Alves

- Colônia de Pescadores Z-18 de Paraty

Senhora Juliana Vieira de Jesus (Presidente da Colônia - Convidada do ICMBio SEAPPA-RJ)

- Grupo de Estudos de Mamíferos Aquáticos do Rio Grande do Sul (GEMARS)

Senhor Federico Sucunza (Convidado)

- Associação de Pescadores de Gravatá (APEG)

Senhor Joab Hamilton da Costa

- Pescadores e Armadores

Senhor Jair Antônio dos Santos Filho (Armador - Convidado)

Senhor Erick de Nascimento (Pescador - Convidado)

Senhor David V. Oliveira (Pescador)

Senhor Adriano Luiz (Pescador - Convidado)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhor Giovani Pereira (Pescador, Secretário de Pesca e Presidente da Associação de Pesca de Imbé)

Senhor Osvaldo (Pescador - Convidado)

Senhor Paulo Alfredo (Pescador - Convidado)

Senhor Giovane (ASPECID, Pescador - Convidado)

Senhor Sandro (apelido: Mano) (Pescador e Coordenador do Fórum da Pesca do Litoral Norte do RS)

Senhor Josiel (Pescador - Convidado)

Senhor Carlos Jose (Pescador - Convidado)

Senhor Daniel Neto (Convidado - Convidado)

Senhor Sandro C. (Pescador – Convidado)

Senhor Eduardo Gomes (Convidado)

Senhora Barbara (PactoMar - Convidada)

LISTA DE SIGLAS

Com intuito de trazer maior clareza acerca das siglas utilizadas ao longo da reunião se fez necessário a construção da lista de siglas abaixo para maior compreensão dos leitores.

AIS	<i>Automatic Identification System</i> , em português: Sistema de Identificação Automática para rastreamento de embarcações
Tratado BBNJ	Tratado sobre o Direito do Mar relativo à Conservação e o Uso Sustentável da Diversidade Biológica Marinha das Áreas Situadas Além da Jurisdição Nacional. (Do inglês: <i>Biodiversity Beyond National Jurisdiction</i>)
cm	Centímetros
CONABIO	Comissão Nacional da Biodiversidade
CONAPE	Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca
Dispositivo TED	Dispositivos de exclusão de tartarugas, do inglês <i>Turtle Excluder Device Designs</i>
EUA	Estados Unidos da América



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GT	Grupo de Trabalho
GTC	Grupo Técnico-Científico
IN IBAMA nº 135/2006	Instrução Normativa IBAMA nº 135, de 4 de dezembro de 2006
INI MPA/MMA nº 02/2009	Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 02, de 27 de novembro de 2009
INI MPA/MMA nº 10/2011	Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 10, de 10 de junho de 2011
INI MPA/MMA nº 12/2012	Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 12, de 22 de agosto de 2012
IN SEAP/PR nº 22/2008	Instrução Normativa SEAP/PR nº 22, de 1º de dezembro de 2008
IN SEAP/PR nº 03/2004	Instrução Normativa SEAP/PR nº 03, de 12 de maio de 2004
km	Quilômetros
m	Metros
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
mm	Milímetros
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
MN	Milhas náuticas
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MSC	<i>Marine Stewardship Council</i>
NOAA	<i>National Oceanic and Atmospheric Administration</i> (em português: Administração Nacional Oceânica e Atmosférica)
ONU	Organização das Nações Unidas
PMAP	Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

PPP	Permissão Prévia de Pesca
Portaria MPA/MMA nº 14/2024	Portaria Interministerial MPA/MMA nº 14, de 1º de novembro de 2024
Portaria MPA nº 356/2024	Portaria MPA nº 356, de 30 de setembro de 2024
Portaria PR/MMA nº 40/2018	Portaria Interministerial PR/MMA nº 40, de 27 de julho de 2018
Portaria SAP/MAPA nº 656/2022	Portaria SAP/MAPA nº 656, de 30 de março de 2022
Portaria SECIRM nº 48/2024	Portaria nº 48/SECIRM, de 23 de julho de 2024
PR	Paraná
PREPS	Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite
PROPESC	Programa Nacional de Regularização das Embarcações de Pesca
REC	Recomendação
Rede Pesca Brasil	Rede Nacional Colaborativa para a Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros
RFMOs	Organizações Regionais de Gestão Pesqueira. (Do inglês: <i>Regional fisheries management organisations</i>)
RJ	Rio de Janeiro
RMS	Rendimento Máximo Sustentável
RS	Rio Grande do Sul
RGP	Registro Geral da Atividade Pesqueira
S	Região Sul
SAP/MAPA	Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SC	Santa Catarina
SE	Região Sudeste



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

SE-S	Região Sudeste e Sul
SERMOP	Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa
SFPA	Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura
SNPA	Secretaria Nacional de Pesca Artesanal
SNPI	Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva
SP	São Paulo
TAC	Total Anual de Captura
TED	Termo de Execução Descentralizada
UGG	Unidades Geográficas de Gestão
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí
UC	Unidade de Conservação
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
ZEE	Zona Econômica Exclusiva

3. APROVAÇÃO DA AGENDA

A Sr.^a Sandra Souza, Secretária Executiva do CPG, apresentou a agenda definitiva da 4^a Reunião Ordinária do CPG Demersais SE-S e perguntou se havia sugestões de ajustes. O Coordenador do GTC, Sr. Roberto Wahrlich, solicitou incluir um informe após a devolutiva das recomendações, para apresentar os trabalhos do GTC Demersais SE/S. A proposta foi aceita e a agenda aprovada com a alteração.

4. APROVAÇÃO DAS ATAS: 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA E DAS 1ª, 2ª E 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIAS DO CPG DEMERSAIS SE-S

A Sr.^a Sandra informou quais atas receberam contribuições e destacou que muitas delas foram enviadas por usuários não identificados. Reforçou que as atas só são publicadas no site do MPA após aprovação formal em Reunião Ordinária do CPG.

O Sr. Martin (OCEANA) perguntou se as contribuições da OCEANA haviam sido



integralmente aceitas, e a Sr.^a Sandra confirmou. Sem objeções dos participantes, as atas anteriores foram aprovadas.

5. DEVOLUTIVA DAS RECOMENDAÇÕES DA 1^a, DA 2^a E DA 3^a REUNIAO ORDINÁRIA

A Sr.^a Sandra Souza informou que seriam apresentadas apenas as recomendações pendentes ou em andamento, e iniciou com um panorama geral das recomendações de cada reunião. Quanto à 1^a Reunião Ordinária: 15 foram atendidas, 6 estavam em andamento e 5 não foram atendidas; para a 2^a Reunião Ordinária, 10 foram atendidas, 4 em andamento e 8 não atendidas; já para a 3^a Reunião Ordinária seriam 5 atendidas, 6 em andamento e 3 não atendidas.

Dando continuidade, a Sr.^a Sandra Souza apresentou a situação das recomendações pendentes. Informou que a [REC 02/2023](#) não foi atendida, pois, embora o GTI tenha sido publicado, ele não chegou a ser instituído. Esclareceu que o MMA pretende revogá-lo e substituí-lo por um comitê permanente no âmbito da CONABIO, cuja proposta poderia ser detalhada posteriormente pelos representantes do órgão. Sobre a [REC 07/2023](#), não foi realizada, mas o tema, referente à elaboração de planos de trabalho e instituição de grupos regionais para revisão da INI MPA/MMA nº 12/2012, seria pauta da reunião. Em relação à [REC 08/2023](#), informou que o ofício solicitando manifestação do IBAMA sobre a aplicação da legislação de pesca de camarões marinhos em ambientes lagunares já havia sido encaminhado ao órgão.

O Sr. Bonilha (IBAMA) complementou, explicando que o parecer está em fase de finalização e ainda passará por análise jurídica, antecipando que a interpretação do órgão deverá ser a de que, na ausência de ordenamento específico, a pesca de camarão não será permitida em ambientes lagunares. A Sr.^a Sandra agradeceu e sugeriu que o IBAMA apresente o tema em reunião extraordinária ou na próxima reunião ordinária do CPG Demersais SE-S. O Sr. Bonilha concordou, indicando que a apresentação poderia ocorrer na ordinária de 2026.

Em seguida, Sandra informou que a [REC 11/2023](#) não foi atendida, a [REC 17/2023](#) estava em andamento, em função das discussões do uso de equipamentos de varredura



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

lateral no GT Corvina. Disse que as recomendações [REC 18/2023](#) e [REC 19/2023](#) não foram cumpridas, sendo que a última não foi realizada pois o GT da INI MPA/MMA nº 12/2012 ainda não foi instituído. Já a [REC 21/2023](#) estava em andamento, devido à atuação do GT PREPS. Relatou ainda que a [REC 22/2023](#) estava em andamento, enquanto a [REC 25/2023](#) não foi realizada por falta de contratação da consultoria prevista.

Quanto às recomendações da 2ª Reunião Ordinária, foi dito que a [REC 03/2024](#) ainda não foi tratada no CONAPE; a [REC 05/2024](#) estava em andamento com ações conjuntas da SNPA e SNPI; a [REC 06/2024](#) ainda não foi atendida; a [REC 09/2024](#) estava em andamento e camarões de profundidade seria pauta da reunião; e a [REC 10/2024](#) também estava em andamento, e seria incorporada ao ato normativo em elaboração. Já quanto à [REC 11/2024](#) foi dito que foi parcialmente cumprida, visto que o MPA já havia publicado sua nota técnica referente de fauna acompanhante, mas o MMA ainda não. A [REC 12/2024](#) não foi realizada, mas será contemplada no GT de revisão da INI MPA/MMA nº 10/2011. As [REC 16/2024](#), a [REC 17/2024](#), a [REC 18/2024](#) e a [REC 19/2024](#) não foram realizadas, sendo a [REC 18/2024](#) porque os grupos não foram instituídos.

Sobre as recomendações da 3ª Reunião Ordinária, a [REC 03/2024B](#) foi inicialmente classificada como não realizada, mas o Sr. Marlon Arenhardt (SDR-RS) esclareceu que estava em andamento. O Sr. Fernando (SINDIPI) questionou o prazo de conclusão, e Marlon confirmou que o resultado será entregue com atraso, após dezembro de 2025. O Sr. Bonilha (IBAMA) acrescentou que aguarda contato com a SDR e com a SFPA-RS, mantendo contato com o Sr. Marlon e com a superintendente Sr.^a Ana Spinelli, para retomada dos trabalhos, e Marlon respondeu de forma descontraída.

A Sr.^a Sandra Souza, Secretária Executiva do CPG, pediu colaboração dos participantes presenciais para reduzir conversas paralelas, garantindo melhor qualidade do áudio da transmissão, e continuou a leitura. Foi informado que a [REC 04/2024B](#) não foi realizada, já as recomendações [REC 05/2024B](#), [REC 06/2024B](#) e a [REC 07/2024B](#) seriam itens de pauta da reunião. Quanto à [REC 09/2024B](#) não foi cumprida; e a [REC 10/2024B](#) ainda está em construção pela SNPA, que encaminhará o tema ao GTC quando houver avanços. Informou, ainda, que a [REC 13/2024B](#) seria debatida na reunião; e a [REC 14/2024B](#) estava em andamento, com o documento em elaboração para posterior



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

encaminhamento. Assim, a Sr.^a Sandra concluiu a exposição e abriu espaço para manifestações dos membros.

O Sr. Fernando (SINDIPI) mencionou a [REC 11/2024](#), que tratava da publicização aos membros do CPG dos documentos técnicos elaborados sobre a proporção de fauna acompanhante e espécies-alvo. Disse que, como esses documentos não foram publicizados, prevalecia o disposto na INI MPA/MMA nº 10/2011, vigente até então, questionando a ação do IBAMA em não publicar o documento técnico.

A Sr.^a Sandra Souza (SNPI/MPA) esclareceu que a responsabilidade pela elaboração desses documentos era do MPA e do MMA, e não do IBAMA. Explicou que o MPA havia produzido uma nota técnica, mas o MMA ainda não colaborou, motivo pelo qual a recomendação foi considerada como não atendida.

O Sr. Fernando indagou que, apesar disso, o IBAMA interpretava as normas e aplicava penalidades durante as fiscalizações, autuando embarcações que atuavam conforme a INI MPA/MMA nº 10/2011.

A Sr.^a Sandra perguntou se o setor pretendia que o IBAMA apresentasse um documento e o Sr. Fernando respondeu que sim, reforçando que o órgão, por fazer parte do MMA, deveria publicizar o que estavam cumprindo, tendo em vista que apenas o polvo e o peixe-sapo possuíam limitações, e que havia ocorrências de autuações milionárias.

A Sr.^a Sandra afirmou que passaria a palavra ao IBAMA, mas destacou que a pauta da reunião se restringia ao acompanhamento das recomendações já formuladas. Solicitou que o representante fosse sucinto e informou que, caso necessário, o tema poderia ser incluído em uma próxima reunião.

O Sr. Bonilha (IBAMA) afirmou que o assunto já havia sido esclarecido em reuniões anteriores e reiterou que o IBAMA apenas aplicava as definições contidas na INI MPA/MMA nº 10/2011, que tratava do sistema de permissionamento e da distinção entre espécies-alvo e fauna acompanhante, não havendo transgressão normativa.

A Sr.^a Sandra Souza agradeceu as manifestações e reforçou que o debate sobre o tema poderia ser retomado em reunião futura, caso necessário.

Em seguida, a Sr.^a Geysa Marinho (SINDIPI) mencionou a [REC 09/2024B](#), referente à avaliação de estoque do polvo, e questionou se já havia ocorrido uma atualização dos dados, visto que a última avaliava apenas até o ano de 2022. A Sr.^a Sandra Souza



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

respondeu que a nova avaliação de estoque ainda não havia sido realizada, embora estivesse prevista pelo MPA.

A Sr.^a Geysa destacou que, de acordo com informações recentes dos mapas de bordo, a produção havia quase triplicado em relação aos valores anteriores utilizados na última avaliação. Solicitou, portanto, que fosse dada prioridade à atualização da avaliação de estoque, a fim de subsidiar eventual reabertura de vagas na modalidade. A Sr.^a Sandra informou que a contratação dessa nova avaliação constava no planejamento do MPA, mas que sua execução dependeria do orçamento disponível para o próximo exercício.

O Sr. Marlon Arenhardt (SDR-RS) apresentou uma atualização sobre a recomendação relativa à normatização da 1 MN ([REC 20/2024](#)), informando que o grupo havia priorizado a revisão da INC SEAP/PR nº 03/2004, da Lagoa dos Patos, e que a Secretaria Estadual e o MMA haviam trabalhado conjuntamente na organização do processo. Disse que o tema voltaria a ser tratado, destacando previsão de avanços nas tratativas até dezembro e possível apresentação de conteúdo na próxima reunião ordinária deste CPG.

Sobre a [REC 19/2024](#), referente à pesquisa de equipamentos na pesca de aviãozinho, Sr. Marlon relatou que, diante da ausência de encaminhamentos do MPA e do MMA, os próprios pescadores da Lagoa dos Patos desenvolveram alternativas, especialmente em função do bagre, mas ressaltou a importância de validação científica dessas soluções propostas.

O Sr. Marlon também ressaltou a necessidade de retomar a revisão dos planos de espécies ameaçadas, a [REC 2/2023](#), lembrando que o GTI previsto desde 2022 ainda não havia sido instalado, o que também impedia o avanço de processos judiciais de monitoramento. Solicitou que o tema fosse reforçado ou que recebesse encaminhamento definitivo, visto que foi acordado que não se repetisse as recomendações anteriores de CPGs.

A Sr.^a Sandra Souza explicou que as recomendações não realizadas permaneciam vigentes até sua conclusão, não havendo necessidade de repeti-las. Informou que o MMA poderia atualizar o tema, que estava sendo tratado no âmbito da CONABIO.

O Sr. Martin Dias (OCEANA) mencionou as Recomendações [11/2024B](#) e [12/2024B](#), que não constavam na lista apresentada, e solicitou esclarecimentos. A Sr.^a Sandra



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

explicou que o MPA estava recusando novos pedidos de PPP, por isso a REC 11/2024B foi considerada como atendida e, por tanto, não foi apresentada.

O Sr. Martin prosseguiu questionando a REC 12/2024B, indagando que se relacionava ao excesso de três PPPs, o que excedia a capacidade de suporte do estoque, além disso, pontuou que foi encaminhada a revogação dessas PPPs com prazo imediato até fevereiro de 2025. A Sr.^a Sandra Souza respondeu que a recomendação também fora atendida, tendo as revogações sido publicadas no Diário Oficial.

O Sr. Martin perguntou se, naquele momento, restavam então apenas duas autorizações de pesca válidas e nenhuma PPP vigente. A Sr.^a Sandra respondeu que o assunto seria apresentado na pauta da reunião, sem antecipar detalhes. Esclareceu que apenas as recomendações não atendidas ou em andamento haviam sido incluídas na devolutiva.

Em seguida, o Sr. Gallucci (MMA) informou sobre a criação de uma Câmara Técnica na CONABIO para discutir planos de recuperação de espécies ameaçadas, anunciada na reunião extraordinária de setembro/2025. Explicou que a medida buscava fortalecer a estabilidade institucional e aproximar a atualização das listas de espécies das medidas de gestão. Acrescentou que a Câmara Técnica estava em fase de instituição, com base em comitê já existente, mantendo caráter consultivo conforme indicação do setor pesqueiro, e atendia recomendação do CPG sobre procedimentos de atualização das listas. Ressaltou que o MMA poderia enviar ofício ao MPA formalizando a comunicação.

O Sr. Carlos Eduardo Villaça (CONEPE), referido na ata como Cadu Villaça, fez críticas às RECs nº [21/2023](#) e nº [03/2024](#) referentes ao PREPS, afirmando que o programa estava desatualizado desde 2006 e que o governo cobrava excessivamente o setor. Criticou o funcionamento do sistema, citando empresa não homologada, falta de centro de monitoramento, comunicação inadequada em falhas de sinal, ausência de manutenção e representações estaduais, além do grande número de autuações geradas por falhas operacionais. Reforçou que o CONEPE defendia o PREPS, mas considerava ineficaz o grupo de trabalho que o discute, apontando falta de resultados concretos.

Comentou ainda a cláusula de exceção do dispositivo TED e questionou a devolutiva da [REC 10/2024](#), mencionando relação com exportações de camarão de cultivo e selvagem. Sobre a [REC 11/2024](#), contestou interpretações do IBAMA sobre fauna



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

acompanhante, defendendo que somente o órgão ordenador poderia fazê-lo. Citou manifestação do SINDIPI de que não existem percentuais definidos em norma, salvo para peixe-sapo e polvo, e criticou a falta de posicionamento do MMA. Mencionou, ainda, expectativa de avanços sobre a [REC 13/2024B](#), sobre o carabineiro, expressando expectativa de que houvesse avanços da pauta durante a reunião.

A Sr.^a Sandra Souza (SNPI/MPA) agradeceu a manifestação e informou que o PREPS seria tratado pela SERMOP. A Sr.^a Rafaela Passarone (SERMOP/MPA) confirmou apresentação específica.

O Sr. Bonilha (IBAMA) reiterou que o Instituto aplicava a legislação vigente e que o Grupo-Técnico Científico assessor do CPG já havia se manifestado, em reunião, favoravelmente ao IBAMA sobre a aplicação de medidas de controle de pesca excessiva da fauna acompanhante às medidas de controle da fauna acompanhante. Citou que está previsto em norma, inclusive na INI MPA/MMA nº 10/2011, que não deve ser feito o direcionamento de esforço de pesca à fauna acompanhante e, em caso de descumprimentos, tem que ser aplicada a legislação ambiental de punição das infrações devidas.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) pediu formalização do posicionamento do IBAMA, visto que este faz parte do MMA e também tem relação com a [REC 11/2024](#), reiterou que o MPA seria a principal autoridade de ordenamento e criticou a postura do Instituto quanto às interpretações sobre fauna acompanhante.

O Sr. Bonilha respondeu que a interpretação aplicada era institucional e não sua própria, além de ser respaldada por pareceres já enviados ao Ministério Público e ao MMA, e ressaltou que o IBAMA não necessitava de autorização do MPA para aplicar a legislação ambiental. Por fim, comentou que se o setor se sente prejudicado, pode também ingressar com uma ação judicial.

O Sr. Cadu Villaça contestou a existência de parecer formal do GTC e destacou que suas críticas eram dirigidas à instituição, e não ao representante, reconhecendo o empenho do Sr. Bonilha.

O Sr. Fernando das Neves (SINDIPI) solicitou a palavra, mas a Sr.^a Sandra informou que uma sugestão de recomendação seria avaliada no último dia, para evitar o prolongamento da discussão.



Em seguida, o Sr. Alexandre Carinha Novo (SINDARPES-RS) fez críticas ao não cumprimento das propostas do CPG, mencionando lentidão normativa, desconsideração dos participantes, falta de publicação do plano de gestão da corvina, avanço da informalidade e distanciamento das instituições ambientais. Afirmou que normas eram aplicadas sem base técnica e que sugestões dos pescadores não eram consideradas. Reforçou necessidade de diálogo e revisão de normas restritivas, citando a INI MPA/MMA nº 02/2009 sobre a anchova. Concluiu demonstrando forte descontentamento.

O Sr. Tiago Frigo (SAQ-SC) solicitou acesso ao parecer mencionado e destacou insegurança jurídica sobre pesca do bagre devido a diferenças entre estados. O Sr. Bonilha (IBAMA) esclareceu que não existia parecer formal, apenas manifestação oral do Comitê Científico em reunião anterior, reconhecendo que o IBAMA agia corretamente ao aplicar a legislação.

A Sr.^a Sandra Souza (SNPI/MPA) agradeceu as manifestações e encerrou o item de pauta e informou que o coordenador do GTC, professor Roberto Wahrlich, faria a apresentação seguinte.

6. INFORME DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELO GTC DEMERSAIS SE/S

O Sr. Roberto Wahrlich (GTC) informou que o atual GTC, criado pela Portaria MPA nº 356/2024, completava um ano de vigência e encerraria suas atividades nos próximos dias. Destacou que todas as recomendações da 1ª reunião ordinária foram atendidas; da 2ª, apenas a Recomendação 7/2024 não foi encaminhada ao grupo; e, da 3ª, duas recomendações permaneciam pendentes (6/2024B e 10/2024B). Relatou também o recebimento de ofícios do MPA, incluindo o Ofício Circular nº 4/2024, referente à revisão dos formulários dos mapas de bordo, sobre o qual ainda não havia consenso.

O professor ressaltou preocupações quanto ao uso dos mapas de bordo como instrumento de fiscalização, o que poderia afetar a qualidade das informações. Informou que o GTC defendia a revisão da portaria e dos formulários e sugeriu ações de divulgação, como elaboração de cartilhas. Por fim, mencionou que o grupo atendera às demais demandas encaminhadas, e que apresentaria durante a reunião análises sobre limitação



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

de profundidade para o emalhe de fundo (Recomendação 14/2024B) e sobre o período de defeso dos camarões.

A Sr.^a Sandra Souza (SNPI/MPA) agradeceu as contribuições do GTC e destacou o comprometimento do professor Wahrlich. Informou que a nova portaria do GTC fora adiada por ajustes na Rede Pesca Brasil, mas seria publicada para prorrogar o mandato e evitar descontinuidade.

A Sr.^a Geysa Marinho (SINDIPI) sugeriu disponibilizar ao CPG os pareceres técnicos do GTC. O Sr. Roberto Wahrlich respondeu que os documentos eram públicos mediante solicitação, mas reconheceu a falta de padronização e defendeu diretrizes conjuntas entre MPA e MMA para publicação. Esclareceu que não havia parecer formal sobre fauna acompanhante, apenas discussões internas alinhadas à INI MPA/MMA nº 10/2011. A Sr.^a Geysa agradeceu a disponibilidade.

A Sr.^a Sandra Souza informou que pareceres não eram publicados no site do MPA porque alguns coordenadores de CPGs não autorizavam. Comprometeu-se a reunir os coordenadores dos cinco CPGs da SNPI e articular com a SNPA. O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) discordou da recusa de divulgação, considerando incompatível com a transparência e sugerindo revisão pela Rede Pesca Brasil. Ele também pediu registrar em ata que nunca recebeu negativa de informação de coordenadores.

A Sr.^a Rafaela Passarone (SERMOP/MPA) informou avanços na divulgação e revisão dos mapas de bordo, com vídeos explicativos e consolidação das normas de entrega. Disse que novas contribuições estavam sendo avaliadas no PROPEC e seriam incorporadas ao processo.

O Sr. Roberto Wahrlich destacou avanços na digitalização dos mapas de bordo, tornando-os fonte mais confiável, e defendeu aprimoramento contínuo. A Sr.^a Rafaela reforçou os ganhos de segurança e precisão das análises. O Sr. Martin Dias (OCEANA) perguntou se o processo já era integralmente digital, e ela confirmou. O Sr. Alexandre Novo (SINDARPES-RS) mencionou o desafio de inserir dados antigos, ao que o Sr. Martin respondeu tratar-se de dificuldade comum.

O professor Wahrlich sugeriu manter a discussão sobre mapas de bordo de forma participativa. A Sr.^a Rafaela informou que cerca de cem contribuições haviam sido avaliadas e que haveria rodada interna antes da devolutiva ao CPG.



Por fim, a Sr.^a Sandra Souza encerrou o item e deu sequência ao ponto seguinte, relativo ao PREPS, a ser apresentado pela SERMOP.

7. INFORMES SOBRE O PREPS

A Sr.^a Rafaela Passarone (SERMOP/MPA) apresentou o processo de revitalização do sistema PREPS, sistema criado em 2006 e tecnologicamente defasado. Informou a criação de um GT interinstitucional pela Portaria SECIRM nº 48/2024 e celebração de um TED com a UFSC para atualização do sistema, cujo início foi adiado por atraso orçamentário. Explicou que as ações incluem reinstalação e modernização do sistema, auditoria de vulnerabilidade, atualização do banco de dados e desenvolvimento de novas funcionalidades, visando restabelecer a operação plena, integrar dados com outros sistemas e permitir o uso de equipamentos alternativos, como os movidos a energia solar.

O Sr. Fernando (SINDIPI) relatou testes bem-sucedidos com equipamento italiano acoplado a boias e movido a energia solar. A Sr.^a Rafaela Passarone afirmou que novos equipamentos seriam avaliados conforme as necessidades das diferentes pescarias. Informou que o grupo do PREPS atualizava seus integrantes, já possuía acesso ao código-fonte e ao banco de dados hospedado na Marinha, e havia concluído o repasse dos recursos previstos para 2024. Comunicou ainda a abertura de consulta pública e reforçou que falhas deveriam ser formalmente comunicadas ao MPA, que já reconhecia problemas sistêmicos nas análises processuais.

A Sr.^a Sandra Souza (SNPI/MPA) mencionou pergunta do Sr. Wilson sobre o cronograma físico-financeiro, e a Sr.^a Rafaela respondeu que o documento estava disponível no site do MPA e seria ajustado conforme a atualização orçamentária. O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) agradeceu a apresentação, mas manifestou frustração pela ausência de resultados concretos após quase três anos, apesar dos recursos destinados e do TED de aproximadamente R\$ 8 milhões. Criticou o distanciamento do Estado e o número de autuações, argumentando que falhas de rastreamento estavam gerando prejuízos ao setor, inclusive em exportações.

A Sr.^a Rafaela reconheceu as dificuldades e explicou que os atrasos derivavam dos cortes orçamentários, acrescentando que a primeira parte do sistema deveria ser entregue



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

em até oito meses, com busca por recursos adicionais de outros órgãos. O Sr. Cadu Villaça argumentou que deveria haver um “mea culpa” institucional e revisão das penalidades aplicadas, classificando a postura fiscalizatória como abusiva. A Sr.^a Rafaela esclareceu que o PROPESC já havia estabelecido um “marco zero”, anistiando falhas anteriores a 2024.

O Sr. Martin Dias (OCEANA) buscou confirmar se a primeira entrega corresponderia à reinstalação emergencial. A Sr.^a Rafaela confirmou, observando que etapas seguintes dependeriam de novos aportes, em negociação com MMA, ICMBio e IBAMA.

O Sr. Bonilha (IBAMA) ressaltou que o rastreamento era condição para a validade da autorização de pesca e que as autuações ocorriam, na maioria dos casos, por falta de manutenção dos equipamentos, e não por falhas do sistema. Explicou que muitos armadores deixavam de fazer revisões periódicas, o que levava à oxidação de cabos e mau funcionamento. Lembrou que os armadores tinham acesso privado aos dados de suas embarcações e, portanto, eram responsáveis por acompanhar o funcionamento do rastreador.

O Sr. Agnaldo dos Santos (SINDIPI/PESCA-BR) perguntou se o PROPESC poderia anular sanções anteriores e defendeu que empresas homologadas fossem obrigadas a comunicar falhas pois os armadores não tinham meios de saber sobre falhas de comunicação entre o equipamento e o sistema. A Sr.^a Rafaela confirmou a anistia e disse que a obrigação de notificação dependeria de revisão normativa. O Sr. Agnaldo reforçou que o sistema deveria ser funcional, pois o serviço era pago pelos armadores, e a Sr.^a Rafaela concordou sobre a necessidade de melhorar o fluxo comunicacional.

O Sr. Roberto Gallucci (MMA) reafirmou o compromisso do MMA com a revitalização, destacando equipe técnica qualificada e planejamento mais robusto. Mencionou que algumas pescarias tiveram a obrigatoriedade do PREPS adiada, mas que a retomada ocorreria após a modernização. A Sr.^a Rafaela agradeceu o apoio do MMA.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) apontou contradições entre a base pública e as exigências da fiscalização, argumentando que apenas o armador deveria ter acesso integral aos dados de rastreamento. Criticou ainda o descumprimento estatal quanto ao envio automático das licenças ao Cadastro Técnico Federal.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Bonilha (IBAMA) respondeu que a autarquia cumpria sua função legal de fiscalização e que as principais causas de falhas de rastreamento eram a falta de manutenção e o não pagamento pelos serviços às empresas contratadas, o que resultava em corte de sinal. Afirmou que cerca de metade dos casos registrados derivava de inadimplência, o que considerou negligência por parte dos armadores. Ressaltou a importância do rastreamento para o cumprimento das normas de pesca em áreas restritas e defendeu que o acesso às informações do PREPS fosse público, a exemplo do sistema do Global Fishing Watch - GFW, o qual já permitia o acompanhamento de embarcações. Explicou que os armadores tinham acesso individual aos relatórios de funcionalidade dos rastreadores, bastando as empresas compradoras solicitarem periodicamente os registros de interrupção de sinal.

O Sr. Agnaldo mencionou o AIS como alternativa mais moderna e eficiente para rastreamento. O Sr. Fernando ponderou que embarcações ilegais provavelmente não utilizariam o serviço. O Sr. Agnaldo esclareceu que se referia ao uso geral do sistema por cidadãos pois era mais intuitivo que o PREPS.

O Sr. Cadu Villaça voltou a destacar que, embora o PROPESC previsse anistia, o MMA mantinha autuações relacionadas ao PREPS, solicitando encaminhamento do tema ao CONAPE e reforçando pedido de articulação com a Casa Civil. A Sr.^a Rafaela Passarone (SERMOP/MPA) explicou que o Decreto do PROPESC fora fruto de consenso entre MPA e MMA e que o setor teria acesso ao documento com os termos da anistia. O Sr. Cadu Villaça concordou e reiterou que o setor aguardava uma posição definitiva sobre o tema, reforçando pedido para acesso ao documento referente à anistia e às tratativas interministeriais.

Encerradas as discussões, a Sr.^a Sandra Souza agradeceu a apresentação, consultou o plenário sobre seguir antes do almoço e, diante do consenso, anunciou o próximo item de pauta, referente aos impactos da ampliação das áreas de proteção ambiental sobre o setor, a ser apresentado pelo SINDIPI.



8. AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA AMPLIAÇÃO DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SOBRE O SETOR PESQUEIRO

No debate sobre os impactos da ampliação das áreas de proteção ambiental, o Sr. Fernando das Neves (SINDIPI) afirmou que, desde o SNUC (2000), a expansão das UCs e medidas de gestão vêm reduzindo as áreas disponíveis para pesca, citando que 26,54% das áreas marinhas já estão protegidas. Destacou restrições decorrentes da INI MPA/MMA nº 12/2012, de legislações estaduais e do plano de recuperação do peixe-batata e do cherne-comum, que limitou a pesca de camarões a até 100 metros de profundidade. Criticou a criação de novas UCs sem diálogo com o setor pesqueiro, como o Parque Nacional de Albardão, defendendo que propostas passem pelos CPGs e sugerindo ajustes, como limitar o parque a cinco milhas e alternar áreas abertas e fechadas à pesca.

O Sr. Bonilha (IBAMA) iniciou sua fala ressaltando e enaltecendo o SINDIP por ter reconhecido a importância da criação do Parque Nacional do Albardão que, embora com ajustes, convergia com a intenção do MMA e do ICMBio de criar uma unidade de conservação na região. Ele destacou, contudo, que há significativo descumprimento das áreas de restrição à pesca, o que compromete a efetividade das medidas de conservação. Informou que o IBAMA vinha registrando diversas autuações por infrações nessas áreas e reforçou a importância de um sistema de rastreamento por satélite plenamente funcional para monitorar e garantir o cumprimento das normas.

Em seguida, o Sr. Roberto Gallucci (MMA) destacou a importância de considerar tanto os impactos ambientais quanto os pesqueiros. Explicou que áreas protegidas têm naturezas jurídicas distintas: algumas são medidas de ordenamento discutidas nos CPGs, mas outras são UCs com ritos próprios que envolvem outros órgãos. Todavia, uma avaliação integrada da efetividade das áreas protegidas dentro dos CPGs, considerando a recuperação dos estoques e o equilíbrio da gestão pesqueira.

O Sr. Agnaldo dos Santos (SINDIPI/PESCA-BR) elogiou a apresentação e relatou dificuldades da frota devido às restrições associadas a cherne e batata, cujas áreas de ocorrência não coincidem totalmente com as do RGP, prejudicando outras pescarias. Observou a defasagem de dados científicos no Brasil e defendeu revisão dinâmica das áreas.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sr.^a Sandra Souza (SNPI/MPA) sugeriu retomar o tema do cherne no bloco de camarões no dia seguinte, o que foi aceito, porém o Sr. Agnaldo concordou, reiterando apenas a importância do tema.

O Sr. Joab da Costa (APEG) manifestou preocupação com o aumento das áreas de proteção e as perdas econômicas e sociais associadas. Argumentou que o Brasil vinha abrindo mão de recursos pesqueiros, enquanto países vizinhos, como o Uruguai, continuavam explorando as mesmas espécies sem restrições equivalentes. O orador criticou a visão de que os recursos migrariam das áreas protegidas para as adjacentes, defendendo que muitos estoques são locais e que a sobreposição de restrições compromete a sustentabilidade econômica das comunidades pesqueiras.

O Sr. Fernando das Neves (SINDIPI) reiterou que a concentração de frotas é prejudicial à sustentabilidade e questionou se haveria compensações pela criação do Parque Nacional do Albardão, alertando para impactos em Rio Grande, onde metade dos trabalhadores da descarga poderia perder emprego. Defendeu que qualquer redução de área seja discutida nos CPGs. O Sr. Agnaldo afirmou que sua fala anterior buscava chamar atenção para impactos indiretos da criação de UCs sobre pescarias adjacentes, como a de camarões, o que gerava concentração de esforços em determinadas áreas.

O Sr. Fernando citou ainda que, no CPG Pelágicos SE-S, já solicitara a abertura da região sul para a pesca de cerco, destacando ganhos sociais e econômicos. Reforçou que decisões devem considerar os impactos sociais.

A Sr.^a Sandra encerrou agradecendo e informou que os encaminhamentos seriam avaliados no terceiro dia, podendo virar recomendações mediante consenso. Em seguida, suspendeu a reunião para o intervalo de almoço.

Período da tarde

Dando continuidade na reunião, a Sr.^a Sandra Souza (SNPI/MPA) abriu a sessão dedicada à abrótea de profundidade e à merluza realizando uma apresentação.



Sessão abrótea de profundidade e merluza

9. PROPOSTA SOBRE O ORDENAMENTO DA PESCA DAS ESPÉCIES DE ABRÓTEA DE PROFUNDIDADE E MERLUZA

A Sr.^a Sandra Souza, Secretária Executiva do CPG, apresentou o histórico da demanda e explicou que o GTC avaliou três alternativas, sendo o Cenário 1 o mais aceito, resultando nas RECs 5/2024B (redução de 17 para 10 embarcações no arrasto oceânico – 3.12) e 7/2024B (autorização de até duas embarcações do emalhe oceânico – 2.3 – para capturar abrótea e merluza). Informou que ambas as espécies estavam sobrepescadas, porém não sob sobrepesca, com tendência de recuperação.

Com base em vistorias e auditorias do PROPESC, relatou haver quatro embarcações no emalhe (2.3) e oito no arrasto (3.12), além de um pedido de conversão de modalidade. Apresentou nova proposta considerando esses dados e estimativas de produção. Concluiu que, com 12 embarcações, a produção ultrapassaria o RMS em cerca de 1.000 t, exigindo ajustes. Propôs cotas de 346 t para emalhe, 986 t para arrasto (totalizando 1.332 t de abrótea, 85% do RMS) e 1.350 t anuais de merluza para todas as modalidades, com medidas de controle e monitoramento.

O Sr. Bonilha (IBAMA) agradeceu a apresentação e manifestou concordância com ressalvas, destacando a necessidade de definir limite de profundidade para o emalhe costeiro, a fim de evitar sobreposição de áreas e aumento do esforço pesqueiro na zona do talude superior, onde já foram constatadas autuações por captura irregular de merluza e abrótea. Ressaltou também preocupação quanto ao efetivo funcionamento dos painéis de monitoramento, observando que, embora existam cotas para várias espécies, poucas possuem acompanhamento ativo. Por fim, reforçou que a redução do arrasto e o aumento da participação do emalhe seriam medidas positivas, condicionando o apoio do Ibama à inclusão do limite batimétrico para a frota de emalhe costeiro de fundo.

A Sr.^a Sandra Souza (SNPI/MPA) respondeu que o Painel de monitoramento já incluía dados de lagosta, tubarão-azul, albacora e, em breve, do pargo, com ajustes em andamento para consolidar as informações.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sr.^a Roberta Santos (ICMBio) elogiou a proposta de cotas, mas questionou como o tratamento destas espécies como fauna acompanhante em outras pescarias sugerindo monitoramento semelhante para outras frotas e prazos menores para envio de mapas. A Sr.^a Rafaela Passarone (SERMOP/MPA) explicou que foi previsto um buffer de 200 t para essas capturas, permitindo manter o prazo de 15 dias.

O Prof. Wahrlich destacou que todas as pescarias envolvidas já entregam mapas, que o monitoramento deve abranger todas as operações e que as normas precisarão ser ajustadas ao novo limite de embarcações, informando ainda que o GTC possui resposta pronta à recomendação anterior.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) manifestou preocupação com as frotas que capturam as espécies como fauna acompanhante e questionou quantas embarcações tinham PPP. A Sr.^a Sandra informou que, na modalidade 2.3, quatro embarcações foram auditadas, incluindo uma com PPP e a Sr. Rafaela Passarone complementou a resposta, porém não pôde ser ouvida por falhas no áudio da gravação.

O Sr. Bonilha (IBAMA) solicitou esclarecimento sobre a modalidade envolvida, sendo confirmado pela Sr.^a Sandra que se tratava da autorização de pesca complementar com essas duas espécies como alvo na modalidade 2.3 (emalhe oceânico), com redes diferenciadas conforme a INI MPA/MMA nº 12/2012 e limite máximo de 13 km, conforme recomendação do GTC. O Sr. Rafael Martins (SNPI/MPA) complementou que a abrótea aparece como fauna acompanhante nas modalidades 1.11 (pargueira) e 1.13 (camarão carabineiro), em pequena escala, e que as medidas propostas seriam suficientes.

O Sr. Fernando das Neves (SINDIPI) questionou o uso de dados de 2019 e defendeu nova avaliação de estoque, além da revisão do limite de profundidade para o camarão devido aos impactos econômicos. O Prof. Wahrlich confirmou que a avaliação usa dados até 2019 e que o projeto de atualização está atrasado por contingenciamento.

O Sr. Cadu Villaça reforçou a importância de dados mais recentes e perguntou se a proposta já tinha aval do MMA, e a Sr.^a Sandra confirmou alinhamento prévio.

O Sr. José da Silveira (SINDIPI) alertou sobre a dificuldade de manter a atividade com a cota proposta e sugeriu revisões dinâmicas das cotas conforme novos dados surgirem. A Sr.^a Sandra ressaltou a intenção de reduzir o intervalo das reavaliações e estabelecer prazo para nova avaliação.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. José reiterou o interesse do setor em contribuir com dados. A Sr.^a Sandra destacou o esforço para incluir o emalhe nas propostas e justificou a restrição ao arrasto como necessária para equilíbrio.

O prof. Wahrlich destacou a diferença entre dados e informações, explicando que explicou que dados são capturas registradas e informações são avaliações de estoque, e que programas como mapas de bordo, PMAP e projetos da FURG seguem gerando dados essenciais para futuras avaliações

Na sequência, o Sr. Martin Dias (OCEANA) confirmou os ajustes propostos, que incluíam reduzir de 17 para 8 embarcações de arrasto, alterar a IN SEAP/PR nº 22/2008, permitir redes diferenciadas no emalhe voltado ao peixe-sapo para capturas de abrótea e merluza e estabelecer cotas específicas para arrasto e emalhe oceânico, mantendo um buffer para capturas incidentais. Concordou com a proposta e destacou a necessidade de atualização dos dados e manutenção do monitoramento digital. O prof. Wahrlich (coordenador do GTC) lembrou que o GTC já havia recomendado essas medidas. O Sr. Martin encerrou ressaltando a importância de considerar as diferentes profundidades de operação do emalhe costeiro e oceânico nas próximas discussões técnicas.

O Sr. Roberto Gallucci (MMA) reiterou as falas anteriores, especialmente do IBAMA e do ICMBio, reforçou que a proposta foi discutida entre MMA e MPA e representava avanço na gestão da abrótea e da merluza, especialmente pela melhoria no reporte e monitoramento, essenciais em sistemas de cotas. Destacou que as regras não imporiam restrições excessivas às frotas, prevendo quatro autorizações complementares para emalhe oceânico e a continuidade do arrasto de profundidade. Sinalizou ainda a necessidade de discutir limites batimétricos para o emalhe de fundo.

O Sr. Fernando das Neves (SINDIPI) perguntou sobre alternativas para as oito embarcações que poderiam esgotar suas cotas antes do fim do ano, citando o linguado como possibilidade. A Sr.^a Sandra Souza informou que o tema ainda não havia sido analisado. Fernando reforçou a importância de evitar prejuízos e garantir a sobrevivência das frotas, lembrando a desvalorização do peixe-sapo e a necessidade de equilíbrio no ordenamento.

O Sr. Bonilha (IBAMA) pontuou que a abrótea de profundidade não consta nas autorizações da modalidade emalhe costeiro de fundo, estando prevista apenas para o



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

arrasto de profundidade e peixe-sapo, devido à distribuição natural da espécie. Explicou que a merluza aparece apenas como fauna acompanhante, mas que havia sido observada a atuação irregular de embarcações em áreas de 300 a 400 metros de profundidade, com capturas significativas de merluza e abrótea de forma direcionada e em desacordo com suas autorizações. Destacou, assim, a urgência de estabelecer um limite de profundidade para evitar esforços indevidos sobre os estoques.

O Sr. Rafael Martins (SNPI/MPA) explicou o cálculo da estimativa anual de produção da abrótea. Informou que o GTC inicialmente utilizou dados de 2008 e projetou cenários com poucas embarcações, mas que a auditoria do PROPESC revelou número maior de ativos, inviabilizando o modelo. As cotas foram então definidas com base no RMS e nas restrições conjuntas entre MPA e MMA, totalizando 1.332 t distribuídas entre emalhe oceânico (2.3) e arrasto de profundidade (3.12). Destacou ainda a necessidade de novas avaliações de estoque, inclusive do peixe-sapo. [Ruídos e falhas na gravação]

O Sr. Glauco Hassmann (SINDIPI) questionou a atualidade dos dados e o Prof. Wahrlich esclareceu que eram de até 2019 e o Sr. Rafael reforçou que a produção analisada vinha de embarcações monitoradas. Glauco acrescentou que nenhuma embarcação estava pescando peixe-sapo, devido à queda do mercado, e que a abrótea seria alternativa econômica sem aumento do esforço.

Após discussão não integralmente registrada por falhas no áudio, Sr. Glauco ressaltou a maior seletividade do emalhe oceânico. O Sr. José da Silveira (SINDIPI) sugeriu revisões periódicas das cotas e apoio técnico e financeiro para transformar dados em informação científica aplicáveis à gestão.

O Prof. Wahrlich propôs antecipar a pauta de apresentação da modalidade 2.4, uma vez que o tema se relacionava com a discussão em andamento, e a coordenação concordou.

Antes da mudança de pauta, o Sr. José da Silveira pediu confirmação do encaminhamento das discussões anteriores. A Sr.^a Sandra Souza informou que seriam consolidados no último dia, e SINDARPES-RS, SINDIPI e AMFRI concordaram.

A Sr.^a Sandra registrou ressalva quanto ao arrasto, e o Sr. Fernando (SINDIPI) defendeu alternativas operacionais para as oito embarcações, sugerindo período costeiro



após o esgotamento das cotas e questionando também se a produção média recente superava o RMS.

A Sr.^a Sandra confirmou que a estimativa atual de produção ultrapassava o RMS, justificando o uso de cotas. O Sr. Fernando reiterou que a intenção era apenas comparar as médias históricas para embasar futuras revisões. O Prof. Wahrlich (GTC) esclareceu que os cálculos incluíram dados até 2024 e que o RMS de 2019 representava capacidade teórica, podendo novas avaliações indicar maior potencial.

Por fim, a Sr.^a Roberta Santos (ICMBio) informou que o CEP Sul possui dados de monitoramento de 2014 a 2020 sobre desembarques de emalhe e arrasto de profundidade que poderiam subsidiar futuras reavaliações. A Sr.^a Sandra agradeceu e a reunião seguiu com a apresentação do Prof. Wahrlich.

10. LIMITAÇÃO DA PROFUNDIDADE DE OPERAÇÃO DA MODALIDADE DE EMALHE COSTEIRO DE FUNDO - REC 14/2024B

O professor apresentou a avaliação do Grupo Técnico-Científico (GTC) sobre a limitação de profundidade para o emalhe costeiro de fundo, conforme a [REC14/2024B](#), que trata da sobreposição com as pescarias de abrótea de profundidade e merluza. Explicou que, segundo a INI MPA/MMA nº 10/2011, a modalidade 2.4 (emalhe costeiro) atualmente não possui limite de profundidade, enquanto o arrasto oceânico (3.12) atua entre 250 e 500 m. Com base em dados históricos e recentes, incluindo o Programa REVIZEE, constatou-se que a abrótea de profundidade e a merluza ocorrem a partir de 100 m, aumentando em abundância após 200 m, enquanto as espécies-alvo do emalhe costeiro se concentram até cerca de 100 m mas podem ocorrer em locais mais profundos. Assim, o GTC concluiu que há sobreposição entre as frotas 2.4 e 3.12, mas que a captura de abrótea de profundidade pelo emalhe costeiro é residual. Recomendou, portanto, limitar a operação da modalidade 2.4 até 250 m de profundidade, o que evitaria sobreposição sem prejuízo às espécies-alvo em função dessa limitação batimétrica.

A Sr.^a Sandra Souza (Secretária Executiva do CPG) agradeceu e abriu o debate.

O Sr. Bonilha (IBAMA) foi favorável, destacando que o IBAMA já registrara capturas de abrótea de profundidade por outras frotas de emalhe, o que justificava a inclusão dessa



espécie como fauna acompanhante da modalidade 2.4, já que a merluza já consta em norma. Defendeu, portanto, que a aprovação da limitação de 250 m e a alteração normativa correspondente seguisse como encaminhamento e recomendação.

A Sr.^a Sandra destacou que, embora a proposta fosse consistente, não estava prevista na pauta e não deveria ser deliberada sem todos os representantes da modalidade 2.4.

O Sr. Cadu Villaça apoiou integralmente a medida, considerando adequada a limitação a 250 m, apesar de entender que a medida se trataria de um capricho. A Sr.^a Geysa Marinho sugeriu rerepresentar o tema no dia seguinte para garantir participação dos demais representantes.

O Sr. Bonilha (IBAMA) concordou com a proposta e reforçou que a limitação batimétrica era preventiva ao risco de redirecionamento do esforço pesqueiro para áreas de talude superior. Alertou que ao menos três embarcações já operam regularmente nessas profundidades, capturando merluza, o que exigia ordenamento imediato para evitar sobreposição de esforços entre as frotas.

A Sr.^a Sandra Souza, Secretária Executiva do CPG, consultou o Prof. Wahrlich, que autorizou a rerepresentação, assim, decidiu-se retomar o debate no dia seguinte e os participantes concordaram em abrir mão do intervalo. Por fim, afirmou que os encaminhamentos seriam consolidados ao final da reunião. Com a concordância geral, a sessão foi encerrada e iniciou-se a pauta de Camarão de Profundidade.

Sessão Camarão de Profundidade

11. INFORME SOBRE O ORDENAMENTO DA PESCA DE CAMARÃO DE PROFUNDIDADE

A Sr.^a Sandra Souza, informou que, embora houvesse avanços entre MPA e MMA, persistiam impasses, especialmente um ponto ainda em discussão, impedindo a apresentação de proposta final. Sugeriu convocar reunião extraordinária assim que o consenso for alcançado entre os Ministérios.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Martin Dias (OCEANA) pediu esclarecimentos sobre avanços e divergências. Sandra explicou que ainda não havia detalhes consolidados, pois o MPA recebera recentemente minuta do MMA, e que o principal ponto pendente era o mesmo da reunião anterior.

O Sr. Martin questionou sobre recomendações relativas ao indeferimento de novos registros e revogação de PPPs da 3.13, visto que não foram detalhadas na pauta de devolutiva das recomendações. Sandra respondeu que todos os pedidos estavam sendo indeferidos e que as PPPs já foram revogadas.

O Sr. Martin insistiu, questionando sobre a existência de apenas duas embarcações operando e sobre as PPPs em construção. Sandra explicou que duas embarcações estavam autorizadas e outras duas em fase de conclusão, sendo que uma das últimas deu entrada na solicitação de autorização de pesca, mas a análise estava suspensa até consenso. A oradora informou haver concordância entre os ministérios sobre uso das quatro áreas com rotatividade e cota de 60 t, mas o MMA propôs ajustes que ainda sem análise técnica do MPA

O Sr. Martin Dias reiterou que a revogação de todas as PPPs não apareceu na devolutiva, embora não tenha sido atendida, e alertou para o risco de aumento da frota sobre um estoque já sensível. Manifestou descontentamento com a forma de registro de sua fala na 3ª Reunião na ata, pois apresentara evidências científicas sobre os impactos da entrada de novas embarcações. Destacou que o atraso na publicação do ato normativo gera insegurança jurídica e ambiental e pode ampliar a pressão sobre o recurso. Sugeriu decisão imediata do governo, priorizando as duas embarcações já permissionadas e publicando norma limitando inicialmente a frota a duas unidades, mantendo congeladas ou revogando as demais PPPs até que as condições permitam novas autorizações.

A Sr.^a Sandra afirmou que aspectos econômicos e jurídicos influenciam o momento da publicação e que o tripé da sustentabilidade estava sendo considerado. A Sr.^a Rafaela Passarone informou que nove registros foram negados e três PPPs canceladas, mas que não havia base jurídica para cancelar as duas embarcações já em construção.

O Sr. Martin Dias (OCEANA) reiterou que as recomendações foram desrespeitadas e que a pescaria seguia na prática como livre acesso, regulada apenas pela INI MPA/MMA



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

nº 10/2011, a qual autorizava a frota pescar em toda ZEE brasileira, sem limite de captura ou medidas de monitoramento, sendo necessária ação emergencial para ordenamento.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) declarou mudança de posição ao saber que as embarcações já estavam em construção. Ressaltou que, para os recursos pesqueiros, o pilar biológico é o mais importante e concordou com a OCEANA sobre congelar novas PPPs e registrar isso em norma para evitar corrida por licenças.

O Sr. Bonilha (IBAMA) destacou que a pescaria vem sendo conduzida sem regulamentação, com acesso praticamente livre ao recurso. Defendeu que apenas duas embarcações devem operar inicialmente, conforme recomendações do GTC. Pontuou a preocupação de que, ao viabilizar economicamente a frota, duplicando a quantidade de barcos, venha-se a pleitear a abertura de novas áreas, visto que são previstas apenas quatro, conseqüentemente ampliando os impactos. O orador comentou sobre as licenças de embarcações desta frota estarem concentradas nas mãos de poucos empresários, o que deveria ser evitado, e sugeriu que a discussão seria a oportunidade as embarcações que estão em construção tem para serem reconduzidas para uma outra modalidade, pois é muito mais difícil remover da frota uma embarcação que já está autorizada. Por fim, reforçou a posição do IBAMA, destacando que a expansão deve ocorrer de forma gradual e sustentável. A Sr.^a Sandra Souza (SNPI/MPA) esclareceu que as duas embarcações discutidas já estavam construídas, não em construção.

O Sr. Agnaldo dos Santos (SINDIPI/PESCA-BR) ressaltou o apoio do setor na geração de dados, incluindo investimento em observadores, e defendeu o respeito às cotas e áreas, mas ponderou a necessidade de considerar os investimentos feitos em novas embarcações, o que beneficia não só os empresários, mas o mercado como um todo.

O Sr. Roberto Wahrlich (GTC) retomou a recomendação original do GTC, de conter a expansão das áreas, manter a cota de 60 t e a rotatividade entre quatro áreas. Explicou que o número de embarcações não foi definido pelo GTC, mas que, quando solicitado posteriormente, o grupo indicou que duas embarcações seriam compatíveis com a cota. Reforçou que a falta de nova avaliação de estoque gera risco e que é necessário buscar soluções que não fiquem presas no impasse atual.

O Sr. Roberto Gallucci (MMA) destacou fortes preocupações ambientais, especialmente quanto à interação com corais profundos. Informou que o MMA, ICMBio e



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

IBAMA discutem monitoramento mais rígido com câmeras e observadores, aproveitando o fato de a frota ser pequena e tecnologicamente avançada. Ressaltou a importância do controle da cadeia produtiva e da prevenção da pesca ilegal, mencionando relatos de embarcações não autorizadas atuando na captura. Defendeu que o momento de retração do mercado favorece o estabelecimento de novas restrições.

A Sr.^a Laís Pestana (ABIPESCA) relatou que um relatório recente da NOAA concluiu que o emalhe brasileiro não atende aos padrões de mitigação de captura de pequenos cetáceos exigidos pelos EUA, resultando em embargo, a partir de 1º de janeiro de 2026. Solicitou esclarecimentos e recomendou reunião extraordinária com participação da Assessoria Internacional.

A Sr.^a Mariana Lobato, Secretária Adjunta do CPG, explicou que o Ministério recebeu a notificação por meio do sistema da NOAA e já interpôs recurso, apresentando artigos científicos demonstrando ausência de captura de toninha. Apesar disso, a NOAA desconsiderou as evidências. Informou que o MPA segue atuando diplomaticamente para recorrer a decisão e que ainda há possibilidade de negociação. Ademais, agradeceu a atenção e reforçou que novas discussões poderiam ser realizadas para aprofundar o entendimento do caso.

A Sr.^a Sandra agradeceu a manifestação e reafirmou o compromisso de manter diálogo com a ABIPESCA antes de retomar a pauta do camarão de profundidade.

O Sr. Fernando das Neves (SINDIPI) apresentou histórico da pesca profunda no Brasil, afirmando que danos aos corais nos anos 2000 foram causados por frotas estrangeiras. Defendeu que o arrasto duplo nacional é mais eficiente e menos impactante que o arrasto simples. Relatou monitoramento contínuo com observadores e marcação das áreas varridas, em parceria com a UNIVALI, apoiando a entrada de duas novas embarcações desde que adotem o mesmo modelo sustentável.

O Sr. Bonilha (IBAMA) reiterou a posição contrária do órgão à ampliação da frota, argumentando que o recurso era insuficiente até mesmo para duas embarcações, e alertou que a entrada de novos barcos poderia levar à inviabilidade econômica e à pressão pela abertura de novas áreas. Solicitou que a posição do IBAMA fosse registrada em ata. A Sr.^a Sandra Souza confirmou que todas as manifestações seriam registradas e poderiam ser revisadas, conforme procedimento anterior.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Wilson Santos (FIESC) colocou-se à disposição para apresentar dados sobre o embargo da NOAA na sessão seguinte. A Sr.^a Sandra agradeceu a disponibilidade.

O Sr. Martin Dias (OCEANA) destacou consenso sobre os quatro polígonos, a cota de 60 t e o monitoramento, mas divergências quanto ao número de embarcações. Solicitou manifestação do MMA e propôs autorizar duas embarcações com revisão em um ano, sem revogar permissões existentes. O Sr. Fernando das Neves (SINDIPI) interrompeu, reforçando a diferença entre arrasto duplo e simples, defendendo o primeiro como menos impactante ambientalmente. O Sr. Martin Dias (OCEANA) reiterou que ambas as modalidades já estavam previstas INI MPA/MMA nº 10/2011 e que o modelo deveria ser temporário e ajustável diante novas avaliações de estoque, como na tainha.

A Sr.^a Sandra Souza informou que encerrara as inscrições e que os encaminhamentos seriam avaliados após as falas.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) apoiou a proposta da OCEANA, defendendo ordenamento temporário, destacando a importância de evitar a expansão das áreas e de aproveitar o momento de retração do mercado.

O Sr. Agnaldo dos Santos (SINDIPI/PESCA-BR) relatou captura frequente de moruno, espécie ainda não permissionada. O orador defendeu que arrasto duplo seria menos impactante que o simples e afirmou que a cota de 60 t é insuficiente, mas ajustável com novos dados. Reforçou a necessidade de abertura do mercado europeu e inclusão do moruno como espécie-alvo.

A Sr.^a Sandra Souza e o Sr. Bonilha confirmaram que o camarão moruno e o alistado são espécies-alvo da frota.

O Sr. Agnaldo Santos (SINDIPI/PESCA-BR) reforçou que o moruno representava de 30% a 40% da captura e deveria ser mantido como espécie-alvo. O Sr. Fernando das Neves (SINDIPI) acrescentou que também deveria ser incluída a lula como fauna acompanhante, a ser discutida pelo GT de revisão da INI MPA/MMA nº 10/2011.

O Sr. Joab da Costa (APEG) afirmou que era essencial compreender o funcionamento real da pesca no Brasil, tanto por parte do governo quanto da academia. Ressaltou que um barco de pesca operava com base no valor econômico das capturas, e não por espécie, e que seria inviável manter atividades em áreas de baixa produtividade. Defendeu que o ordenamento considerasse a realidade operacional do setor, sob risco de



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

desestimular investimentos e inviabilizar a atividade. Criticou o uso de estudos antigos e a limitação das embarcações a áreas pré-definidas, argumentando que os pescadores precisavam de liberdade para identificar novos pesqueiros. Concluiu que as políticas deveriam reconhecer a evolução tecnológica e o aprendizado acumulado pelo setor ao longo dos anos.

O Sr. Bonilha (IBAMA) respondeu que a fala do Sr. Joab confirmara preocupações do órgão, pois revelava a existência de novas áreas sendo exploradas, o que reforçava o risco de pressão por ampliação de zonas de pesca. Declarou-se contrário à abertura de novas áreas e solicitou que a posição do IBAMA fosse registrada em ata.

O Sr. Joab da Costa questionou se o IBAMA era contra a abertura e a produção, e o Sr. Bonilha confirmou sua posição contrária à expansão, reiterando que as áreas já delimitadas comportavam apenas duas embarcações e que qualquer aumento de frota poderia comprometer os ecossistemas.

Diante da tensão, a Sr.^a Sandra Souza, Secretária Executiva do CPG, interveio pedindo ordem e respeito aos turnos de fala, explicando que o tempo de reunião fora ampliado justamente para garantir debate amplo. O Sr. Joab da Costa insistiu que a declaração do Sr. Bonilha fosse registrada, acusando-o de ser contra a produção. O Sr. Bonilha rebateu dizendo que havia sido mal interpretado e que sua oposição se restringia à abertura de novas áreas, não à atividade pesqueira em si.

Com o acirramento da discussão, a Sr.^a Sandra precisou interromper os microfones dos dois participantes, reforçando que o debate deveria manter-se em nível respeitoso e que tudo o que fora dito constaria em ata e na gravação oficial. Após insistências do Sr. Joab, outros participantes, como o Sr. Cadu Vilaça (CONEPE), pediram moderação. A Sr.^a Sandra finalizou a intervenção assegurando que as falas seriam fielmente registradas.

O Sr. Martin Dias (OCEANA) apresentou proposta de ordenamento, sugerindo manter as permissões prévias (PPPs) vigentes, reconhecer a limitação de estoque e adotar uma portaria de curta duração, válida por um ano, que condicionasse futuras autorizações a uma nova avaliação científica. A proposta buscava preservar o acesso atual e permitir ajustes conforme resultados de monitoramento e de novas análises de estoque.

A Sr.^a Sandra esclareceu que recomendações anteriores não poderiam ser revogadas, mas parte delas já havia sido cumprida, como o cancelamento e o indeferimento



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

de PPPs. Pediu que o Sr. Martin resumisse sua proposta e ele reiterou: manter duas embarcações, adotar ordenamento temporário, reavaliar periodicamente e seguir modelo semelhante ao da tainha.

Sandra consolidou o encaminhamento: manter as duas PPPs em espera, editar portaria com prazo definido, realizar nova avaliação de estoque e reavaliação posterior da frota. Martin concordou, defendendo decisões futuras baseadas em evidências técnicas.

O Sr. Agnaldo dos Santos (SINDIPI/PESCA-BR) elogiou o debate e defendeu que novas embarcações fossem usadas em parceria com instituições científicas, com observadores e câmeras, para gerar dados atualizados e evitar decisões baseadas em informações antigas.

A Sr.^a Sandra concedeu direito de resposta ao Sr. Joab da Costa, que pediu desculpas pelo tom anterior, esclarecendo que sua fala sobre “novas áreas” referia-se à exploração de trechos ainda não trabalhados dentro dos limites autorizados, e não à expansão para fora do quadrante delimitado. Agradeceu pela oportunidade e reforçou o respeito ao processo.

A Sr.^a Sandra confirmou o registro da explicação e perguntou ao SINDIPI sobre a concordância com a proposta da OCEANA. O Sr. Fernando das Neves concordou apenas parcialmente, defendendo a inclusão das duas embarcações com PPPs além das duas já autorizadas, mantendo cota e áreas atuais.

Encerrando o debate, a Sr.^a Roberta Aguiar dos Santos (ICMBio) A Sr.^a Roberta Aguiar (ICMBio) alertou para a fragilidade dos ecossistemas de profundidade, afirmando que as áreas já apresentavam danos e não comportavam novas ampliações.

O Sr. Bonilha (IBAMA) declarou apoio à proposta da OCEANA, reforçando que apenas duas embarcações deveriam operar até nova avaliação de estoque, e que o Estado não deveria submeter o meio ambiente a pressões econômicas.

O Sr. Roberto Gallucci (MMA) manifestou apoio pelo mesmo motivo, considerando a proposta necessária diante dos dados atuais.

A Sr.^a Sandra encerrou informando que, sem consenso, a equipe técnica elaboraria recomendação baseada nas propostas predominantes para apresentação no terceiro dia de reunião.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Segundo dia de reunião

A Sr.^a Sandra Souza, Secretária Executiva do CPG, abriu a reunião, releu a agenda do segundo dia, destacando a alteração da agenda com a reapresentação do tema emalhe com mais tempo para debate e iniciou a Sessão Camarão, passando a palavra ao SINDIPI.

Sessão Camarão

12. APRESENTAÇÃO DAS PRINCIPAIS DEMANDAS DO SETOR REFERENTES À PESCA DO CAMARÃO ROSA

A Sr.^a Thaíza Barreto (SINDIPI) apresentou as principais demandas do setor relativas à pesca do camarão-rosa, destacando que essa é uma das pescarias mais importantes do país, mas que atravessa uma crise significativa no Sudeste e Sul, marcada pela redução do tamanho médio dos exemplares capturados e seus impactos na produtividade e rentabilidade.

Explicou que as espécies exploradas na região possuem ciclo de vida curto e utilizam distintos ambientes (oceânico, costeiro e estuarino) ao longo de seu desenvolvimento, descrevendo o deslocamento das larvas das áreas profundas para zonas rasas e estuários, e o retorno dos adultos ao mar aberto para reprodução, conforme ilustrado na Figura 1.

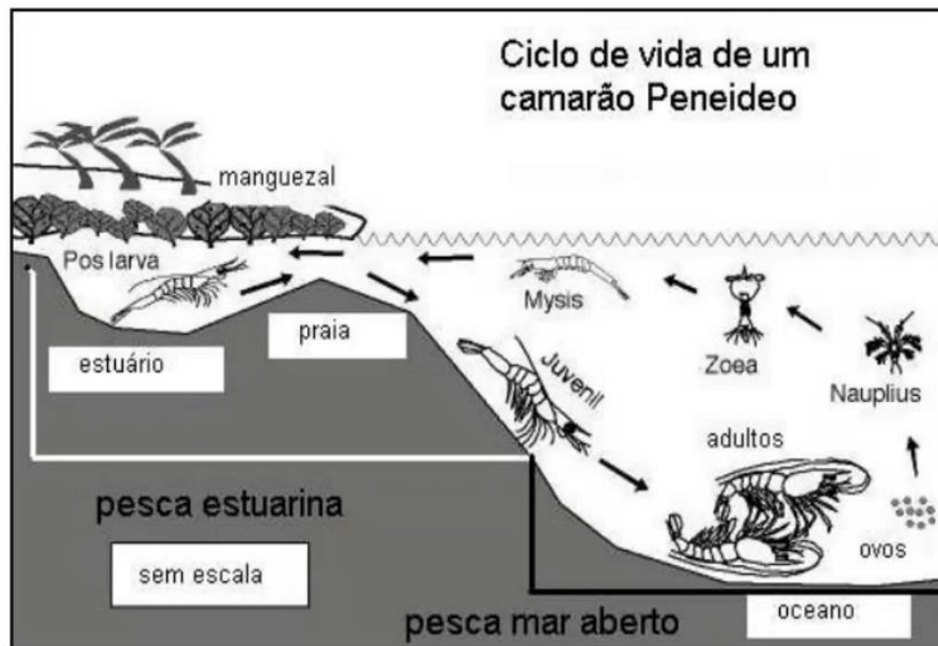


Figura 1: Ciclo de vida de camarão Peneídeo com estratificação populacional (Adaptado de GARCIA e Le RESTE, 1987).

Figura 1. Ciclo de vida de camarão Peneídeo com estratificação populacional (Adaptado de GARCIA e Le RESTE, 1987)

Segundo a apresentação, dois fatores têm agravado a crise da pesca do camarão-rosa: (I) a alteração do período de defeso em 2022, que deixou de proteger adequadamente o período de recrutamento, permitindo a captura quando os indivíduos ainda estão abaixo do tamanho ideal; e (II) a limitação espacial imposta pela Portaria MMA nº 40/2018, que restringiu a atuação da frota até 100 m de profundidade sem base técnico-científica compatível com a ecologia da espécie, concentrando o esforço em áreas reduzidas.

Em função disso, o setor solicita a revisão do defeso unificado com o camarão sete-barbas, uma autorização complementar temporária para pesca de lulas e a revisão do Plano de Recuperação do cherne-verdadeiro e do peixe-batata.

Ao fim da apresentação, a Sr.^a Sandra parabenizou e agradeceu a apresentação, e informou que passaria a palavra ao coordenador do GTC para fazer sua apresentação sobre o tema, para depois os participantes fazerem uma discussão mais robusta.



13. DEFESO DOS CAMARÕES DAS REGIÕES SUDESTE E SUL - Proposição de unidades de gestão para reavaliação do período de defeso dos camarões

O Sr. Roberto Wahrlich apresentou informe do GTC em resposta à solicitação do MPA sobre o defeso dos camarões, retomando o histórico das discussões e dos objetivos do defeso — proteção do recrutamento e controle do esforço de pesca. Explicou a composição, distribuição e sazonalidade das capturas na região SE-S, ressaltando que os períodos de defeso já haviam sido alterados ao longo dos anos e que existiam normas específicas em algumas localidades. Destacou resultados do Projeto RECYC II-LAC, que indicaram consenso entre pescadores de que o defeso era o principal problema do ordenamento, além de reforçar que os períodos de recrutamento variavam entre anos e estados.

Apresentou análises sobre capturas artesanais e industriais, descrevendo diferenças por estado e a mobilidade espacial das frotas. Explicou que o camarão-sete-barbas predominava na pesca artesanal e que a captura costeira do camarão-rosa representava o período de recrutamento pela grande captura dos indivíduos jovens pré-adultos, justificando o antigo defeso unificado. Destacou que não havia um único período predominante de recrutamento no SE-S para nenhuma das espécies.

O professor apresentou ainda resultados do Projeto MEEE – PDSES, que propôs cinco Unidades Geográficas de Gestão (UGGs) para orientar o ordenamento, explicando a relação entre UGGs, espécies e tipos de pescarias, as UGGs estão destacadas abaixo na Figura 2. O professor ressaltou a necessidade de nova avaliação dos estoques para revisão do defeso, lembrando que a avaliação de 2019 apontara recuperação, mas exigia atualização. Concluiu informando que os projetos REMANEJAR e CAMMARADA (2024) avançaram no refinamento das UGGs e nos estudos de bioecologia.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

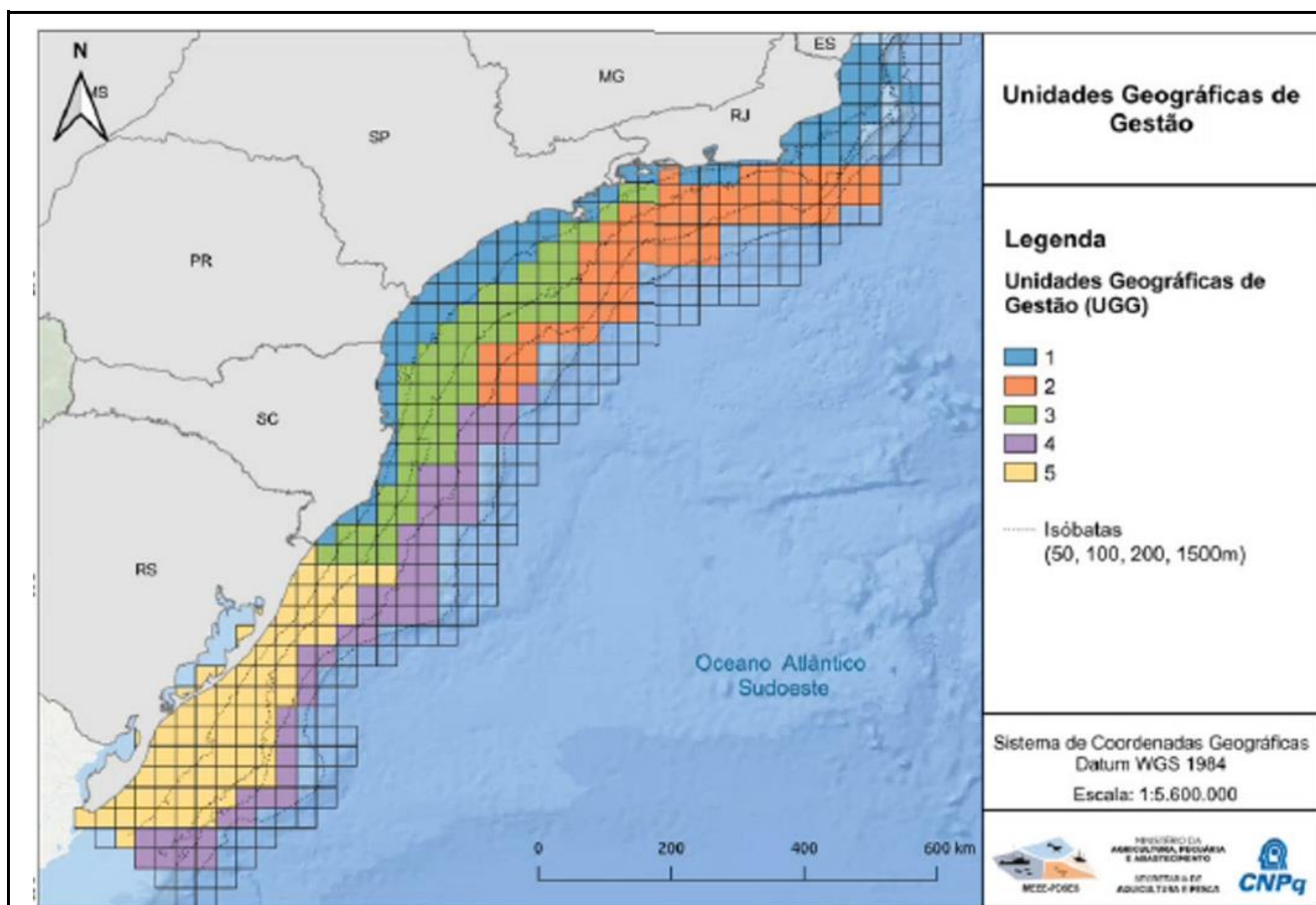


Figura 2. Unidades Geográficas de Gestão propostas pelo Projeto de Subsídios Científicos para o Manejo Espacial e com Enfoque Ecosistêmico da Pesca Demersal das regiões Sul e Sudeste do Brasil (Projeto MEEE – PDSES).

Em sequência, a Sr.^a Sandra Souza abriu espaço para dúvidas e discussões.

O Sr. Bonilha (IBAMA) perguntou ao GTC se havia avaliação prévia de alocação de esforço por UGGs, considerando a elevada capacidade pesqueira atual, e se existia algum prognóstico de sustentabilidade. Observou que, embora as permissões cubram áreas amplas, a atuação prática se concentrava em regiões restritas.

O Professor Wahrlich disse não recordar e passou a palavra ao Sr. Martin Dias (OCEANA), que confirmou a existência de estudo com cálculo de rendimento por UGG, indicando estoques sobrepescados, porém com possibilidade de recuperação se o esforço permanecesse baixo. Destacou que migrar do modelo “Demersais SE-S” para gestão por UGGs exigiria decisão conceitual ampla e ajustes administrativos, incluindo vínculo à INI MPA/MMA nº 10/2011.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sr.^a Michele Machado (FEPESC/Z-02) discordou da interpretação de forte impacto da pesca artesanal sobre o camarão-rosa, relatando que em São Francisco do Sul a atividade é totalmente artesanal e pedindo diferenciação entre regras para pesca artesanal e industrial. O Prof. Wahrlich esclareceu que os dados eram estaduais e mostravam predominância de sete-barbas; sua apresentação tratava de relatos de captura e não de impactos ambientais, reforçando a necessidade de considerar um defeso marinho. A Sr.^a Michele agradeceu e reforçou a importância das particularidades regionais.

O Sr. Martin Dias elogiou e ressaltou o importante trabalho feito pelo GTC, por pesquisadores que se doam e se voluntariam para fazer trabalhos robustos que permitem a tomada de decisão dos gestores. Em sequência questionou como integrar dados dos projetos PMAP, UGGs e CAMMARADAS.

O Prof. Wahrlich respondeu que os projetos não estavam integrados aos CPGs ou à Rede Pesca Brasil e sugeriu formalizar recomendação para que subsidiem a gestão. A Sr.^a Rafaela Passarone (SERMOP/MPA) concordou.

A Sr.^a Juliana Vieira (Colônia Z-18 Paraty) relatou impactos sobre a pesca artesanal na região de Paraty - RJ, sobretudo sobre a redução no tamanho dos camarões após mudanças no defeso, e questionou quem representava o estado do RJ nas reuniões do CPG pois a colônia Colônia Z-18 não foi consultada sobre a alteração do defeso. Ademais, reforçou a fala da Sr.^a Michele, de que a legislação deve ser diferente para a pesca artesanal e para a industrial e questionou sobre o uso do PREPS, preocupação frequente dos pescadores de Paraty.

O Sr. Leonardo Martins (SNPA/MPA) informou que uma comitiva do MPA visitou recentemente Paraty, tratando principalmente da safra da tainha, mas também ouvindo demandas locais, inclusive sobre o camarão. A Sr.^a Rafaela Passarone esclareceu que o PREPS não será exigido das embarcações artesanais sem equipamento compatível.

A Sr.^a Juliana Vieira agradeceu os esclarecimentos e lembrando que participou da visita, mas reiterou que suas preocupações dizem respeito às decisões tomadas antes disso.

O Sr. Fernando das Neves (SINDIPI) questionou a queda na produção de camarão; o Prof. Wahrlich explicou que ocorreu apenas no camarão-rosa industrial. Sobre o recrutamento no sul de SC, confirmou estudos da FURG indicando cerca de seis meses



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

em ambientes estuarinos-lagunares, diferenciando recrutamento estuarino (saída do estágio pós-adulto) e marinho (quando o camarão já migrou).

O Sr. Fernando perguntou se o Projeto CAMMARADAS geraria proposta de gestão ecossistêmica, confirmado pela Sr.^a Sandra. Wahrlich reforçou integrar projetos aos CPGs, apoiado por Martin Dias.

O Sr. Joaquim Anacleto (SINDIPI) relatou histórico das mudanças de defeso e afirmou que o período adotado em 2008 trouxe melhores resultados. Disse que a antecipação do defeso desde 2023 prejudicou a produção pela captura de camarões menores, defendendo o retorno ao defeso anterior.

O prof. Wahrlich questionou se a proposta se aplicaria a todas as espécies, e Joaquim confirmou e a Sr.^a Juliana Vieira (Colônia Z-18 Paraty) concordou. A Sr.^a Michele Machado (FEPESC/Colônia Z-02) destacou a necessidade de ouvir os pescadores de cada região devido às particularidades locais.

O Sr. Marcon Machado (FEPESC/Colônia Z-02) pediu atenção ao impacto do defeso na frota artesanal de arrasto, formada por embarcações menores que 10 m e mais vulneráveis às condições adversas do inverno. Reconheceu a necessidade de ajustes por causa da frota industrial, mas defendeu que, para SC, o melhor modelo para os artesanais seria dividir o defeso em dois períodos de 40–45 dias, no fim do outono e na primavera, conforme proposto pelo GTC.

A Sr.^a Michele Machado questionou ao GTC se o defeso poderia ser diferenciado por frota. Relatou, com base em 12 anos de atuação jurídica, que diminuiriam os casos de artesanais flagrados pescando no defeso, indicando maior adequação às regras. Defendeu consultar diretamente os pescadores para definir o período ideal.

O Sr. Wahrlich destacou que nunca há um defeso ideal para todos, dada a unificação entre espécies com ciclos distintos, defendendo avançar com a pauta da gestão especializada.

O Sr. Joaquim Anacleto reforçou que há embarcações artesanais grandes e potentes, o que dificulta regras gerais, e ressaltou a importância da fiscalização do IBAMA em 2025. O prof. Wahrlich citou o PROPESC como essencial para caracterizar as embarcações e apoiar possíveis diferenciações de defeso.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sr.^a Sandra Souza, Secretária Executiva do CPG, agradeceu as participações e encerrou a lista de falas, dando à palavra apenas a quem já havia se inscrito para que se avançasse a pauta.

O Sr. Caetano Machado (CNPA) comentou que a CNPA conversou com os pescadores sobre o defeso e eles defendem que seja de março a maio ou talvez de final de janeiro a maio, desde que o início do período de pesca seja em 1º de junho pois antes disso os camarões ainda são muito pequenos. Os pescadores relataram à CNPA que com o período de pesca antes de junho, os pescadores precisam se deslocar para áreas mais profundas para pescar camarões um pouco maiores. Além disso, reforçou o pedido de inclusão de autorização complementar na licença de sete-barbas para a pesca de lula. A Sr.^a Sandra comentou que logo entrariam na pauta da pesca de lula.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) parabenizou a apresentação, disse desconhecer da captura de camarão-rosa fora da Lagoa dos Patos e questionou se estes camarões-rosa poderiam ser capturados no litoral de SC. O Sr. Fernando das Neves (SINDIPI) completou a pergunta questionando se também se aplicava aos demais camarões.

O professor Wahrlich (GTC) confirmou, pois migram para o norte, mas podem ainda não ter tamanho comercial. Explicou que isso se relaciona ao recrutamento marinho e, por ocorrer captura incidental, defendeu que o camarão-rosa conste como fauna acompanhante na INI MPA/MMA nº 10/2011.

Diante às respostas do GTC, o Sr. Cadu destacou que o defeso atual é ruim para artesanais e industriais, gerando propostas regionais conflitantes. Reforçou que um defeso unificado pode não ser ideal e que a gestão espacial por UGGs atenderia melhor às realidades locais, desde que acompanhada de rastreamento obrigatório para subsidiar regras e fiscalização. Comentou dificuldades políticas e científicas na construção de consensos e observou tendência de retorno ao defeso anterior, admitindo que revisões são possíveis se os dados mostrarem impactos negativos. Questionou ainda os efeitos das enchentes no RS sobre os estoques.

O Sr. Frank Max Marques (AMFRI) relatou grande captura de camarões pequenos para compensar o baixo valor, causando prejuízos biológicos. Concordou que não haverá consenso absoluto e que houve erro na antecipação do defeso, devendo ser revisto. Ressaltou que embarcações artesanais por vezes têm maior poder de pesca que



industriais, prejudicando os verdadeiros artesanais, e destacou a importância do PROPESC para esclarecer essas diferenças. Considerou promissora a gestão por UGGs, mas informou que a proposta será analisada junto aos pescadores.

O Sr. Leonardo Martins (SNPA/MPA) explicou que o PROPESC também ajudará a esclarecer os limites entre pesca artesanal e industrial, reforçando que ambas são profissionais, mas devem ser diferenciadas segundo características das embarcações.

A Sr.^a Juliana Vieira (Colônia Z-18 Paraty) pontuou sobre a fala do Sr. Cadu de que cada um tende a defender uma posição pensando na situação de sua própria região, ela citou o artigo 19 da [Portaria SAP/MAPA nº 656/2022](#) “*Art. 19. Para as águas interiores as regras de ordenamento, monitoramento e registro serão definidas em atos normativos específicos de acordo com as características ambientais de cada região e considerando as peculiaridades locais da atividade pesqueira*”, e perguntou se sua aplicação não seria o ideal, exatamente devido às especificidades de cada local.

O Sr. Cadu respondeu que sua fala foi em concordância de que a regionalização é necessária, mas complexa e dependente de maior controle e rastreamento. A Sr. Juliana reforçou que por isso, os pequenos artesanais têm que defender o regramento mais específico e não podem sofrer sobre as mesmas leis que se aplicam a barcos grandes e industriais. Ela destacou a necessidade de sempre se pronunciarem e “puxarem a sardinha para o seu lado” para não terem suas opiniões oprimidas.

O Sr. Agnaldo dos Santos (SINDIPI/PESCA-BR) destacou o momento sensível do mercado de camarão, elogiou a fiscalização do IBAMA e apontou desafios como baixa valorização do produto, concentração da pesca, impactos de planos de recuperação de espécies e desinteresse dos pescadores. Defendeu ajustes no defeso, valorização do conhecimento prático e atualização de dados científicos.

O Sr. Adrian Silva (MMA) informou que a CONABIO está criando uma Câmara Técnica para revisar Planos de Recuperação de Espécies Ameaçadas. Assim, propostas do CPG, inclusive sobre revisão de defesos ou áreas fechadas vinculadas ao plano do cherne e peixe-batata, poderão ser analisadas, desde que não afetem essas espécies.

Após o informe do MMA, a Sr.^a Sandra Souza encerrou as discussões e seguiu para a pauta seguinte, dando início à sessão Lula.



Sessão Lula

14. PROPOSTA SOBRE O ORDENAMENTO DA PESCA INDUSTRIAL DE LULA

A Sr.^a Thamires Ventura (SNPI/MPA) informou que a demanda surgiu do setor, principalmente do SINDIP e Sindicatos de SP e RJ e, após análise do MPA, a proposta visava criar uma nova modalidade de pesca com complementar para pesca de lula no SE-S. Na análise foi considerada a segurança dos estoques de lulas (RMS), a solicitação do setor industrial e a solicitação da frota artesanal, de que se restringisse a utilização de arrasto de fundo em SP. Seriam mantidas as mesmas medidas de monitoramento vigentes (mapas de bordo, PREPS e declaração de estoque), com período de pesca de 15 de janeiro a 15 de abril e petrecho de arrasto simples com utilização de redes de arrasto e boias na tralha superior. Foi proposto a publicação de edital de seleção para até 40 vagas, permitindo a conversão de embarcações da modalidade 3.6 para a nova modalidade, no entanto, os critérios de desempates na seleção ainda estariam sendo discutidos entre as Secretarias do MPA (SNPI e SERMOP).

O Sr. Joaquim Anacleto (SINDIPI) mostrou satisfação com a proposta e perguntou sobre o desembarque de lula como fauna acompanhante durante o defeso dos camarões e sobre o petrecho utilizado. A Sr.^a Thamires confirmou ambas as possibilidades, ressaltando que a proposta já fora alinhada com o MMA, mas ainda passaria pelo GTC.

O Sr. Fernando das Neves (SINDIPI) questionou prazos para implementação em 2026. O Sr. Cadu Villaça lembrou que se tratava da criação de uma nova modalidade na INI MPA/MMA nº 10/2011. A Sr.^a Sandra Souza (SNPI/MPA) informou que seria improvável, considerando todo o processo, decisão de critérios de seleção, publicação de edital e publicação da ocupação de vagas.

O Sr. Fernando também questionou sobre a aprovação do MMA quanto à proposta do MPA, no que a Sr.^a Sandra reafirmou que todas as propostas são previamente alinhadas com o MMA antes do CPG.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Joaquim Anacleto destacou que a nova modalidade melhorará as informações sobre estoques de lula, pois muitos pescadores deixam de reportar capturas por receio de fiscalizações, defendendo que a espécie seja considerada alvo.

O Sr. Fernando das Neves pontuou que o SINDIPI encaminhou ao MPA propostas de monitoramento mais restritivas e, no caso de oposição dos órgãos ambientais, poderiam ser incluídas. Reforçou necessidade de registrar em norma a obrigatoriedade de pesca diurna para evitar captura de camarão.

A Sr.^a Thaíza Barreto (SINDIPI) pediu esclarecimentos sobre conversão ou complementaridade, e a Sr.^a Sandra Souza (SNPI/MPA) respondeu que a modalidade 3.6 de arrasto de fundo duplo - Tangones, já possui complementar de arrasto de fundo para outros camarões, por isso propõe-se criar nova modalidade, similar à 3.6, mas complementar para arrasto de lula, permitindo conversões.

O Sr. Bonilha (IBAMA) perguntou sobre o período e área de pesca, se seria exclusivamente no defeso e na mesma área de pesca de camarões, e sobre os petrechos de pesca, questões necessárias de esclarecimento para a fiscalização. Também questionou sobre as espécies alvo da modalidade complementar, fora lulas, sobre a avaliação do GTC quanto aos estoques das lulas e quanto a proposta de ordenamento.

A Sr.^a Thamires Ventura (SNPI/MPA) respondeu que a proposta ainda será analisada pelo GTC; a área difere da dos camarões, mas o petrecho é o mesmo. Destacou a necessidade de envolver o IBAMA para definir diferenciações na fiscalização. As espécies-alvo da complementar seriam as lulas (*Loligo sanpaulensis*, *Loligo surinamensis*, *Lolliguncula brevis*, *Doryteuthis plei*, *Sepioteuthis sepioidea*). O Sr. Bonilha solicitou, então, sua inclusão nas discussões.

Para o melhor entendimento de todos os participantes, o Sr. Roberto Wahrlich, coordenador do GTC, perguntou ao setor qual tipo de rede costumava ser usada para pesca de lula e porque seria usado o arrasto simples para a lula.

O Sr. Joaquim Anacleto (SINDIPI) explicou que a pesca de lula utilizaria a mesma rede do camarão, porém sem peso, com boias e TED, devido a lula permanecer rente ao fundo. Destacou que o arrasto simples diferenciaria a modalidade, permitindo uso de rede



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

de malha menor e sacador. O prof. Wahrlich reforçou que esses detalhes devem constar claramente na norma.

O SINDIPI concordou e questionou a limitação a 40 m. Wahrlich explicou que a área seria distinta da pesca de camarão e lembrou que, em SP, a captura só é permitida a partir de 12 MN, pedindo referências para outros estados. Joaquim respondeu que a lula ocorre entre 20 e 40 m de profundidade e reforçou a operação apenas diurna. Fernando das Neves sugeriu associar a proposta à liberação dos 100 m hoje proibidos, para favorecer outras complementares e a recuperação do camarão-rosa.

A Sr.^a Thamires agradeceu as considerações e informou que a proposta completa seguirá ao GTC e depois retornará ao CPG para validação.

O Sr. Caetano Machado (CNPA) manifestou preocupação com a pesca artesanal de lula e com a suspensão do seguro defeso, solicitando a ampliação da Portaria MPA/MMA nº 14/2024 que regularizou a atividade apenas em SC. O Sr. Leonardo Martins (SNPA/MPA) explicou que a SNPA está realizando visitas técnicas para entender a pesca artesanal da lula em outros estados e construir uma norma nacional. O Sr. Caetano agradeceu o esclarecimento, e reforçou a urgência da demanda.

A Sr.^a Rafaela de Brito (SNPA/MPA) complementou que contatos já foram feitos e o processo de consultas quanto à pesca de lula seguirá. Com isso, tranquilizou o Sr. Caetano informando que logo entrarão em contato para dar andamento à questão.

O Sr. Antônio Olinto (SAA-SP) destacou a tradição da pesca artesanal de lula em SP e confirmou com o MPA que o arrasto simples previsto para a nova modalidade industrial também estará restrito no mar territorial paulista. A Sr.^a Sandra Souza (SNPI/MPA) confirmou.

O Sr. Bonilha (IBAMA) afirmou que o órgão não consegue inspecionar todas as embarcações no desembarque e que o rastreamento satelital não permite diferenciar facilmente os tipos de rede, reforçando a necessidade de maior distinção nos petrechos para evitar fraudes. Destacou que a viabilidade ambiental da proposta depende da capacidade de controle e que o IBAMA precisa participar da construção da nova modalidade. A Sr.^a Sandra Souza concordou e informou que, junto ao MMA, avaliará como integrar o IBAMA às discussões.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Agnaldo dos Santos (SINDIPI/PESCA-BR) O Sr. Agnaldo Santos (SINDIPI/PESCA-BR) destacou que em SC a pesca de lula ocorre em média a 40 m e que a nova modalidade contemplaria apenas 30% da frota, pedindo agilidade para viabilizar a safra de 2026.

A Sr.^a Sandra explicou que o edital exigirá prazos longos para seleção e depende da publicação prévia da norma, além da devolutiva do GTC. O Sr. Agnaldo Santos reforçou a urgência e se dispôs a ir a Brasília para acelerar o processo.

O Sr. Joab da Costa (APEG) afirmou que a principal diferença entre as pescarias é o período, sendo lula diurno e camarão noturno, não tendo muita influência do tamanho da malha ou uso de boia. Já o uso de peso é necessário para pesca de camarão, mas só é eficiente à noite.

O IBAMA insistiu na necessidade de haver uma clara distinção entre os petrechos da permissão principal e da complementar, que permita a fácil inspeção satelital do equipamento.

A Sr.^a Sandra Souza, Secretária Executiva do CPG, agradeceu as contribuições, informou que os encaminhamentos haviam sido anotados, encerrou a discussão e solicitou um intervalo para o almoço.

Período da tarde

No período da tarde, a Sr.^a Sandra Souza (SNPI/MPA) resumiu a agenda da tarde e abriu a Sessão Emalhe, que iniciaria com a pauta de inclusão da pescada amarela como alvo em modalidades de emalhe, conduzida pelo SINDARPES-RS.



Sessão Emalhe

15. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA INI MPA/MMA Nº 10/2011 PARA RECLASSIFICAR A PESCADINHA-AMARELA COMO ESPÉCIE-ALVO NAS MODALIDADES DE EMALHE COSTEIRO DE FUNDO E EMALHE COSTEIRO DIVERSIFICADO

O Sr. Alexandre Novo (SINDARPES-RS) informou que seria uma solicitação ao GTC para avaliar a possibilidade de incluir a pescadinha-amarela (*Macrodon ancylodon*) como alvo, dado o efeito positivo da Lei das 12 milhas náuticas de 2018 nos estoques. Explicou que no verão está havendo uma grande captura de pescadinha-amarela e outras espécies, as quais atualmente precisam ser descartadas pois não são alvo, citando trabalhos científicos recentes sobre. Além disso, pontuou que seria uma opção para as embarcações de emalhe que não pescam a corvina, atualmente em situação preocupante, mas que possui mesmo valor econômico.

O Sr. Martin Dias (OCEANA) apresentou resultados de pesquisa feita em parceria com a UNIVALI e a FURG sobre os efeitos da regra das 12 MN na recuperação de estoques de quatro espécies demersais. Os dados mostraram reduções expressivas da mortalidade por pesca (corvina 22%, castanha 63%, pescadinha/pescadinha-amarela 15%, maria-mole 81%) e aumento da biomassa desovante na maioria das espécies (corvina 15%, castanha 21%, pescadinha-real/pescadinha-amarela 53%, e maria-mole sem alteração). A corvina, portanto, saiu do quadrante vermelho de Kobe indo para uma trajetória mais positiva com biomassa ainda pequena mas estoque em recuperação, porém a castanha, apesar da queda na mortalidade, ainda não apresentou recuperação da biomassa e permanece em condição crítica. Foi destacado que a pescada/maria-mole se encontra no quadrante verde de Kobe, em que a mortalidade por pesca é baixa e a biomassa está acima do RMS, sendo uma espécie com potencial de produção.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) perguntou em qual quadrante de Kobe estava a pescadinha-amarela em 2018. O Sr. Martin respondeu que estava no amarelo, com baixa biomassa, pouco esforço e recrutamento crescente.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Alexandre afirmou que a proposta não aumentaria o esforço, apenas regularizaria capturas já existentes, e alertou para a pesca ilegal no Sul do RS, especialmente por mini-traineiras na Lagoa dos Patos, pedindo também a regularização da frota artesanal.

Na sequência, o Sr. Alexandre e Sr. Fernando (SINDIPI) questionaram a burocracia existente e o andamento do Plano da Corvina. O Sr. Frank Marques (AMFRI) dizendo que pescadores legais são penalizados.

O Sr. João Joventino (SINDIPI) perguntou, caso a pescadinha-amarela seja incluída como espécie alvo, se a distância da costa seria mantida conforme o estabelecido na INI MPA/MMA nº 12/2012, de acordo com o AB da embarcação. O Sr. Alexandre concordou, explicando que a única alteração seria inclusão da espécie na lista de alvos das modalidades. O Sr. João, então, se posicionou favorável.

A Sr.^a Geysa Marinho (SINDIPI) questionou sobre a relação desta proposta com o GT Permissionamento, visto que a revisão da INI MPA/MMA nº 10/2011 já está em trâmites, mas existem propostas relacionadas à revisão que são discutidas paralelamente nos CPGs. A Sr.^a Sandra Souza (SNPI/MPA) explicou que o GT ainda está na etapa de estruturação das modalidades continentais, mas a discussão pode ser relacionada à matriz da INI MPA/MMA nº 10/2011, portanto, a medida que as discussões são feitas, serão encaminhadas ao GT.

A Sr.^a Geysa Marinho questionou a relação das discussões entre CPG e GT Permissionamento. O Sr. Leonardo (SNPA/MPA) confirmou que esta estava sendo a dinâmica nas discussões relacionadas às modalidades continentais.

O Sr. Bonilha (IBAMA) manifestou apoio ao pleito de reclassificação da pescadinha-amarela como espécie alvo, considerando sua situação biológica e o aumento nas capturas. Ressaltou, contudo, que a espécie já é alvo do arrasto de fundo e que há incoerências entre modalidades, visto que a pescadinha-amarela já é alvo no arrasto de fundo, mas não no emalhe, enquanto ocorre o inverso com a abrótea. Por isso, indicou a necessidade de análise científica destas incoerências e da questão de que essas espécies são alvo de modalidades que competem entre si. Destacou que a mudança não elevaria a mortalidade, mas permitiria melhor aproveitamento do pescado atualmente descartado.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Sobre pesca ilegal, o IBAMA concordou com preocupações já expostas e alertou para a facilidade de recebimento de produto ilegal pelas indústrias, muitas vezes com fraudes em notas. O SINDARPES-RS, o SINDIPI e a AMFRI acenaram em concordância com a fala. O orador, portanto, pediu maior cooperação da cadeia produtiva e defendeu o aumento das sanções, lembrando que, diferentemente de outros crimes ambientais, infrações recorrentes na pesca costumam resultar apenas em punições leves, inclusive não havendo punições criminais estabelecidas para a pesca pirata sem autorização.

O coordenador do GTC, Prof. Wahrlich, perguntou ao SINDARPES-RS sobre o petrecho e a área ideal para a captura da pescadinha-amarela. O Sr. Alexandre respondeu que seria usada a mesma rede de emalhe de fundo da maria-mole, mantendo a legislação atual e coibindo a redução ilegal de malha, além de aliviar o esforço sobre a corvina, de valor semelhante.

A Sr.^a Michele Machado (FEPESC/Z-02) demonstrou preocupação com embarcações intermediárias e a dificuldade de distingui-las entre artesanais e industriais, defendendo que o poder de pesca seja considerado para proteger os pequenos pescadores, citando penalização excessiva no defeso como exemplo da vulnerabilidade do grupo.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) apoiou a demanda, mas ressaltou que a frota de arrasto, muito afetada pela exclusão das 12 MN, também deveria ser considerada, e pediu integração entre políticas ambientais e pesqueiras, mencionando propostas recorrentes de novas áreas de proibição.

O Sr. Martin Dias (OCEANA) afirmou que as colocações da Sr.^a Michele retomam debates sobre a necessidade de regionalização da gestão, inclusive dos defesos, e sobre a questão da legislação genérica e dessa lacuna de definição entre pesca industrial e artesanal. Defendeu que essa diferenciação também deve considerar especificidades regionais e depende de instrumentos legais adequados, mencionando um projeto de lei que trata do tema, embora encontre resistência do MPA. Reforçou que essa discussão é ampla e deve ser tratada além do âmbito de um CPG.

O Sr. Frank Marques (AMFRI) alegou que uma opção para a distinção do artesanal e do industrial poderia ser relacionado ao petrecho, não focando só no tamanho ou



motorização. A OCEANA apoiou a fala. Apesar da importância do assunto, a Sr.^a Sandra Souza (SNPI/MPA) solicitou que focassem nas pautas da reunião.

O Sr. Agnaldo Santos afirmou que o SINDIPI compactua com as falas do IBAMA e do SINDARPES-RS e não apoia a pesca ilegal, trabalhando de forma sustentável.

Com o encerramento da discussão, a Sr.^a Sandra Souza, Secretária Executiva do CPG, encerrou a pauta e seguiu para o próximo item da agenda.

16. PROPOSTA DE RETIRADA DA ÁREA Nº 3 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL MPA/MMA Nº 12, DE 22 DE AGOSTO DE 2012

O Sr. Frank Marques fez uma breve apresentação explicando que seria um pedido de revisão da INI MPA/MMA nº 12/2012, focado na redefinição dos limites da área de exclusão 3, a qual é aplicada apenas para o emalhe, com liberação da pesca da modalidade de emalhe de fundo (corvina) na parte mais costeira. Ele explicou acerca da importância da pesca de corvina na região SE-S, acerca da necessidade de revisão da efetividade da Área III, apesar de já ser previsto na norma a revisão das medidas, e sobre os benefícios da revisão da norma. Assim, afirmou que seu desejo era que o grupo decidisse em conjunto como escrever uma redação para uma recomendação sobre a demanda.

O Sr. Roberto Wahrlich, coordenador do GTC, comentou que já existe um encaminhamento do GT Demersais SE-S neste sentido previsto no Plano de Gestão da corvina, sobre a revisão das áreas de exclusão da INI MPA/MMA nº 12/2012, sugerindo que isso pode ser indicado para ser tratado com mais celeridade quando o plano for publicado.

A Sr.^a Geysa Marinho (SINDIPI) concordou com a sugestão, mas ponderou que a preocupação era sobre quando o Plano será publicado de fato. A Sr.^a Sandra reafirmou que o tema seria tratado no terceiro dia de reunião.

O Sr. Bonilha (IBAMA) reiterou que já é um encaminhamento do GT, mas disse ser importante ouvir o ICMBio, o qual participou ativamente na discussão de criação da norma e definição das áreas de exclusão, ou o MMA. Mas pontuou que o IBAMA flagra uma



intensa atividade de pesca na parte costeira da Área III utilizada pelo emalhe e pelo arrasto, questionando o porquê de a proibição se aplicar apenas ao emalhe e não ao arrasto, mesmo que as espécies sejam as mesmas.

O Sr. Adrian Silva (MMA) informou que na época a Área III foi criada por ser chamada de “Corredor da Babitonga”, área de grande importância ecossistêmica que se relaciona com áreas estuarinas e costeiras, com alta produtividade, que está relacionada à proteção de diversas espécies, em especial de elasmobrânquios (tubarões e raias).

A Sr.^a Sandra Souza (SNPI/MPA) citou a ação de pesquisa 1 do Plano de Gestão da corvina:

AÇÃO DE PESQUISA 1: Avaliar a eficácia das áreas de exclusão de pesca de emalhe, especialmente a Área III, estabelecidas pela INI MPA/MMA nº 12, de 2012, e o uso pelas demais modalidades de pesca, considerando não apenas a corvina, mas também as demais espécies-alvo, a fauna acompanhante e as capturas incidentais.

O Sr. Frank Marques (AMFRI) O Sr. Frank Marques (AMFRI) defendeu a liberação parcial da Área III, até cerca de 100–150 m, questionando por que apenas o emalhe, considerado mais seletivo, permanece restrito.

O Sr. Fernando das Neves (SINDIPI) lembrou que, no Plano da Corvina, havia acordo para participação do setor na coleta de dados para avaliar a área de exclusão, mediante licença especial para uma embarcação de emalhe com observadores. Demonstrou indignação com a demora na publicação do Plano, que atrasa essa avaliação.

O Sr. Prof. Wahrlich destacou que a UNIVALI já possui anos de dados de observadores de bordo, de RJ ao Chuí, inclusive sobre capturas incidentais, nunca utilizados na legislação. Sugeriu que se resgatem dados existentes de várias instituições antes de novas coletas e que o CPG articule esse levantamento para subsidiar a revisão das áreas de exclusão e da INI MPA/MMA nº 10/2011. Sugeriu que o CPG fosse articulador na solicitação destes dados e estruturação conjunta para fazer estas análises.

O Sr. Fernando das Neves questionou o procedimento legal para a avaliação. A Sr.^a Sandra explicou que tanto o GTC quanto o SINDIPI podem fazê-la. O Prof. Wahrlich sugeriu que, pela urgência, o SINDIPI conduza a análise e contate a UNIVALI para acesso aos dados.



O Sr. João Joventino (SINDIPI) reforçou que o objetivo não é prejudicar outras modalidades, mas permitir que o emalhe também pesque em parte da área, sugerindo autorização entre 100–135 m ou liberação sazonal devido à presença de tubarões e raias no verão.

A Sr.^a Sandra Souza (SNPI/MPA) pediu sugestões de encaminhamento e apontou que tratar o tema dentro do Plano da Corvina seria mais rápido. O Sr. Wahrlich comentou que o Plano estaria mais consensuado e o Sr. Fernando perguntou o que seria mais rápido, se fosse relacionado ao Plano de Gestão da Corvina ou ao CPG separadamente, e a Sr.^a Sandra respondeu que seria o Plano.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE), porém, manifestou preocupação com a lentidão do processo, ressaltando que a revisão das áreas de exclusão seria urgente.

O Sr. Bonilha (IBAMA) disse que se a proposta da AMFRI fosse de dar agilidade/prioridade à avaliação da Área III, seriam algo diferente do que está previsto no Plano da corvina que é mais geral para todas as áreas. Assim, perguntou que o encaminhamento não seria para fazer esta avaliação da Área III independentemente Plano da corvina. O Sr. Frank concordou, afirmando que para facilitar a negociação e gerar resultados mais rápido, poderia já ser estipulado que seria a abertura de parte da Área III e seria possível ser uma liberação sazonal. Assim, o Sr. Bonilha sugeriu para a redação do encaminhamento, que fosse uma proposta de revisão de efetividade e temporal da Área III, o Sr. Frank concordou.

A Sr.^a Sandra Souza, Secretária Executiva do CPG, agradeceu a participação de todos e informou que a coordenação do CPG pensaria num encaminhamento para ser discutido nas recomendações, assim encerrou a pauta.

17. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE INSTITUIÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO PARA A REVISÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL Nº 12, de 22 de agosto de 2012

O Sr. Leonardo Martins (SNPA/MPA) informou que, embora o art. 19 previsse a criação de GTs para revisar a normativa, eles não haviam sido formados. A forte mobilização do setor, inclusive via judicialização, levou os Ministérios a instituí-los com



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

participação de todas as secretarias do MPA. Já estão sendo feitas consultas para compilar demandas, pois muitas medidas antigas não se aplicam mais. A SNPA e a SNPI trabalham na elaboração de um cronograma para 2025–2026. A Sr.^a Sandra Souza acrescentou que a criação dos GTs já havia sido encaminhada pelo CPG e que o cronograma inicial previa a revisão da INI nº 12/2012 apenas em 2027, após contratação de consultoria para caracterizar a pesca de emalhe. Contudo, decisão judicial exigiu reorganização, levando o MPA a instituir imediatamente um GT único, cabendo à primeira reunião definir a necessidade de subgrupos.

O Sr. Leonardo pontuou que o MPA conta bastante com a contribuição das Superintendências de Pesca neste primeiro momento. A Sr.^a Ana Spinelli (SFPA-RS) informou que a Superintendência do estado poderá contribuir bastante para essa mobilização.

O Sr. Roberto Wahrlich perguntou se o encaminhamento seria a criação do GT do emalhe. A Sr.^a Sandra esclareceu que será instituído o GT para revisão da INI MPA/MMA nº 12/2012, conforme o art. 19. Questionou a composição, participação das entidades e vínculo com CPGs, defendendo que o tema envolve Demersais e Pelágicos e exige trabalho conjunto e célere. A Sr.^a Sandra Souza (SNPI/MPA) informou que o GT não será vinculado à Rede Pesca Brasil e seguirá modelo semelhante ao GT Tainha, com participação ampliada, ainda sem definição de membros.

O Sr. Bonilha (IBAMA) comentou que no Art. 19 da norma está previsto que os GTs serão instituídos no âmbito do CPG e pelas Superintendências Federais do MPA e pelas Superintendências Estaduais do IBAMA, e questionou sobre o formato do GT. A Sr.^a Sandra esclareceu que o art. 19 tratava originalmente da criação do CPG Demersais SE-S e dos GTs regionais, mas agora será criado apenas um GT nacional, cabendo à primeira reunião decidir sobre subgrupos regionais. O Sr. Bonilha concordou, lembrando que, na época da norma, o IBAMA também geria pesca, função hoje do MMA.

A Sr.^a Bárbara (PactoMar) pediu repetição do encaminhamento devido às falhas de áudio e manifestou interesse em participar. Sandra agradeceu e informou que o encaminhamento final seria apresentado no último dia, retomando também a inclusão da



contribuição do Sr. Wilson (NOAA) e a rerepresentação do limite de profundidade antes de prosseguir com a reunião.

Informes sobre documento da NOAA

O Sr. Wilson Santos (FIESC) explicou que o tema exigia atenção, mas trouxe tranquilidade aos participantes. Relatou que a norma dos EUA decorre de acordo judicial firmado em 2025 para proteger mamíferos marinhos, exigindo que países exportadores adotem controles equivalentes aos americanos a partir de 2026. Ao divulgar a lista de análise, os EUA apontaram 178 pescarias fora do padrão, incluindo três brasileiras. Como o país é um dos maiores importadores de pescado e a medida afeta quase todo o mundo, ainda há espaço para negociação. Destacou a forte mobilização internacional e que o impacto global tende a ser mais grave que o brasileiro. Informou que os principais produtos exportados pelo Brasil — lagosta, pargo, tilápia, espadarte e atum — não estão na lista de risco, que inclui apenas corvina e alguns “outros peixes” frescos ou congelados. Mencionou ainda o contexto político, pois a mudança de governo nos EUA pode favorecer ajustes na norma. Finalizou parabenizando o MPA pela resposta enviada à NOAA, considerada adequada diante da situação. A Sr.^a Sandra Souza (SNPI/MPA) agradeceu a fala e abriu espaço para discussão.

A Sr.^a Geysa Marinho (SINDIPI) questionou como projetos como PAN Toninhas e PAN Cetáceos contribuíram para o relatório da NOAA e como integrar esses dados no reporte. O Sr. Wilson respondeu que não conhece os detalhes, mas acredita que os resultados desses projetos foram integrados à resposta enviada. Lembrou que pedidos de reanálise só poderão ser feitos a partir de janeiro de 2026.

A Sr.^a Sandra explicou que as demandas chegam ao Itamaraty, que as distribui aos ministérios para compilação técnica e posterior consolidação na resposta oficial. A Sr.^a Thamires Ventura (SNPI/MPA) acrescentou que o MPA recebeu o relatório da NOAA na semana anterior ao CPG e que uma resposta já havia sido enviada antes, contendo estudos nacionais, mas foi recusada, o que levou o MPA a reavaliar internamente como responder.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) relatou que, já em 2021, esse processo existia e os PANs eram incluídos nas respostas. Reforçou que o tema é global e importante, mas não tão alarmante quanto alguns avaliam.

O Sr. Fernando das Neves (SINDIPI) perguntou sobre as organizações ambientalistas envolvidas e o Sr. Wilson informou que são instituições dos EUA, mas não soube identificá-las. Fernando questionou ainda os caminhos para recurso. A Sr.^a Sandra lembrou que novas informações chegaram ao MPA recentemente e ainda seriam analisadas. Ele argumentou que a frota citada não deveria ser penalizada, pois, pela INI MPA/MMA nº 12/2012, não opera em áreas de ocorrência da toninha.

O Sr. Rafael Martins (SNPI/MPA) destacou que pescarias semelhantes foram aprovadas no Uruguai e na Argentina, que possuem métodos de controle semelhantes aos do Brasil, e que esse alinhamento internacional deve orientar as negociações.

O Sr. Fernando sugeriu o uso do MSC para certificar as pescarias de emalhe. A OCEANA disse que seria favorável.

O Sr. Bonilha (IBAMA) reforçou que o IBAMA gostaria de participar em todos os grupos de revisão da INI MPA/MMA nº 12/2012. Sobre o relatório da NOAA, pontuou que as ONGs são legítimas e podem compilar dados científicos e apresentar demandas aos governos, e reforçou que a toninha está em risco de extinção, e que o IBAMA acredita que a pesca ilegal teve grande papel nesse impacto sobre a espécie. Com isso, ressaltou que uma das razões do encaminhamento das medidas de controle sugeridas e discutidas no GT da corvina, como ampliação da obrigatoriedade de rastreamento e do controle sobre equipamentos de sonares de ampla varredura, estão relacionados a questão de a toninha estar rumo à extinção. Pontuou que este é um desafio claro e com certeza será tratado no âmbito do GT de revisão da INI MPA/MMA nº 12/2012.

A Sr.^a Laís Pestana (ABIPESCA) afirmou que a situação gera dúvidas, pois a NOAA citou apenas três pescarias, mas isso afeta quem depende da atividade. Destacou que o Brasil possui medidas de mitigação, como áreas de exclusão da INI MPA/MMA nº 12/2012 e os PANs, e que seria preciso entender por que não foram consideradas, seja por falha de comunicação ou eficácia questionada. Defendeu análise interna e posterior discussão em reunião extraordinária.



O Sr. Alexandre Novo (SINDARPES-RS) também questionou por que as medidas de mitigação não foram reconhecidas e expressou descontentamento com penalizações sem aviso, citando o Parque do Albardão.

A Sr.^a Sandra Souza (SNPI/MPA) agradeceu as contribuições e passou a palavra ao Sr. Roberto Wahrlich, para que refizesse a apresentação solicitada.

Apresentação GTC - Conclusão sobre limitação da profundidade de operação da modalidade de emalhe costeiro de fundo

O Sr. Wahrlich apresentou novamente a conclusão da apresentação sobre limitação da profundidade de operação da modalidade de emalhe costeiro de fundo, reforçando sobre os seguintes tópicos:

- Ocorre sobreposição das espécies-alvo da modalidade 2.4 (corvina, castanha, maria-mole e abrótea-costeira) com abrótea-de-profundidade e merluza em algumas áreas;
- Há registro de ocorrência de espécie-alvo (abrótea-costeira) da modalidade 2.4 até a isóbata de 220 metros;
- Em desembarques no RS, abrótea-de-profundidade aparece como captura acessória da pesca de emalhe costeiro voltada a outros recursos-alvo, indicando a sobreposição espacial e direcionamento à espécie e à merluza;
- Há indicativo de sobreposição espacial entre as frotas 2.4 e 3.12 na faixa batimétrica de 200-500 m;
- A captura da abrótea-de-profundidade pelo emalhe de fundo na área e período analisado é residual, com mínima probabilidade de impacto significativo sobre a dinâmica populacional da espécie, com base nos dados passados. Porém há risco de que as embarcações da costa resolvam pescar para fora da área costeira caso haja maior valorização do pescado de abrótea de profundidade e merluza sem ter limitação;
- O GTC concluiu que a limitação de profundidade em até 250 metros para a frota 2.4 possibilitaria evitar a sobreposição espacial com a frota 3.12, sem prejuízo à captura de suas espécies-alvo.



Com isso, informou que na discussão feita no dia anterior foi dado um encaminhamento favorável a essa conclusão, a ser referendado na atual discussão.

O Sr. Bonilha (IBAMA) lembrou que este foi um encaminhamento feito pelo IBAMA na última reunião ordinária do CPG, dado que já se identificava atividade de emalhe costeiro de fundo nessa profundidade de até 600 m, com capturas de cerca de 20 t de merluza por viagem em embarcações. Porém, afirmou que não se aplicaria apenas à 2.4, mas também à 2.13 de emalhe costeiro diversificado pois ele também tem o mesmo poder de utilizar nessa mesma ampla faixa sem restrição.

O Sr. Frank Marques (AMFRI) perguntou se seria específico para na SE-S ou para toda a costa. O professor Wahrlich respondeu que seria só nas regiões SE-S, e disse que a restrição de profundidade também se aplicaria à modalidade 2.13.

A Sr.^a Sandra perguntou se haveria algum questionamento e não houve manifestações. O SINDIPI apenas solicitou a participação de seu coordenador de emalhe, o qual foi favorável. O Sr. Bonilha disse que não havendo objeções, sugeria recomendar a publicação imediata de medida específica sobre a limitação discutida.

A Sr.^a Sandra Souza, então, registrou o encaminhamento e anunciou que seria apresentado no terceiro dia. Consultou sobre encerrar o segundo dia, e a Sr.^a Ana Spinelli informou que representantes da pesca local estariam presentes no dia seguinte. Assim, decidiu-se adiantar apenas a atualização do Plano da Corvina, sem rediscuti-lo.

18. ATUALIZAÇÃO SOBRE A PUBLICAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DA CORVINA (informe)

A Sr.^a Sandra Souza resumiu o andamento do Plano de Gestão da Corvina, explicando que, após sua construção no GT Demersais SE-S e aprovação pelo CPG, o documento não avançou para publicação devido a novas considerações técnicas do IBAMA. Assim, MPA, MMA e IBAMA realizaram reuniões para tratar dos ajustes, e o IBAMA encaminhou, no fim de agosto, uma Nota Técnica propondo revisões em quatro ações do Plano. O MPA analisou o documento, verificando que um dos pontos se tratava de erros na versão do documento, e posteriormente discutiu os pontos com o MMA, mas ainda não houve consenso. Desta forma, a proposta seria que MPA encaminhasse ao IBAMA um



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

rebatimento formal com os pontos de concordância e discordância; após a resposta, seria agendada nova reunião e, se houver alterações, será realizada uma reunião extraordinária do CPG para apresentar a versão final, garantindo que a publicação não venha a divergir do texto consensuado anteriormente. O Sr. Roberto Gallucci (MMA) complementou dizendo que o encaminhamento estaria bem colocado pois ainda faltavam alguns pontos importantes para o Plano, relacionados às medidas de controle.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) criticou a demora na publicação do Plano da Corvina e pediu que se abrisse os quatro pontos pendentes de revisão, destacando a importância de alinhar setores e governo para facilitar decisões. A Sr. Sandra confirmou que poderia mostrar os quatro pontos mas pediu que os participantes se manifestassem enquanto abria o documento.

O Sr. Bonilha (IBAMA) afirmou que os encaminhamentos do IBAMA foram enviados antes da aprovação do Plano e acolhidas pelo MMA, ressaltando falhas estruturais na redação que podem comprometer o controle da pesca ilegal. Defendeu uma nova rodada de reuniões para sanar problemas.

O Sr. Alexandre Novo (SINDARPES-RS) expressou frustração com o atraso, lembrando que o Plano já havia sido aprovado por todos. Criticou o desgaste com longas reuniões e a falta de avanços, mencionando prejuízos ao setor e comparando com atrasos em demandas como a da anchova.

A Sr.^a Sandra explicou que as sugestões do IBAMA chegaram apenas três dias antes da reunião final, impossibilitando análise técnica adequada.

Representantes do setor reforçaram o descontentamento. O Sr. Frank Marques (AMFRI) afirmou que pescadores e quem atua legalmente estão sendo penalizados por falhas governamentais, como falta de fiscalização. O Sr. Agnaldo dos Santos (SINDIPI/PESCA-BR) relatou situações semelhantes em outros ordenamentos, acusando órgãos ambientais de trazerem novas objeções após anos de discussão. A Sr.^a Geysa Marinho (SINDIPI) classificou a situação como absurda e defendeu reavaliação interna no governo.

A Sr.^a Rochelle Cruz (CEDEPESCA) questionou sobre prazo de publicação. A Sr.^a Sandra e o Sr. Gallucci informaram que ainda não há previsão definida.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Então, a Sr.^a Sandra Souza (SNPI/MPA) fez a leitura das quatro ações do Plano de Gestão da Corvina que ainda tinham entraves, mas afirmou que não seriam discutidas naquela reunião, pois dependiam de alinhamento entre MPA, MMA e IBAMA. Entre elas, a Ação Emergencial 1.2 "*Proibição dos desembarques de corvina das pescarias artesanais no período de 01 de setembro a 30 de setembro*", afirmou que o IBAMA sugeriu ampliar a proibição para incluir também a captura da corvina pela pesca artesanal, equiparando-a à pesca industrial. Também explicou um erro de referência na nota do IBAMA sobre fiscalização, esclarecendo que a versão atual já atribuía a função ao SISNAMA.

O outro ponto relacionava-se à Ação Emergencial 5 "*Proibir sonar de varredura lateral em embarcações permissionadas nas modalidades de emalhe costeiro (modalidades 2.4 e 2.13)*", o qual foi solicitado ampliar a restrição ao uso de sonar de varredura, exceto àquelas cuja tecnologia já é tradicionalmente empregada, de forma dependente na pesca.

Com relação à Ação Emergencial 6, "*Ampliar a obrigatoriedade de adesão ao PREPS para as modalidades de emalhe costeiro de fundo (2.4) e cerco (4.1 e 4.2) acima de 10 metros caracterizada como mar aberto pela Autoridade Marítima*", a sugestão do IBAMA seria tornar o rastreamento mais rigoroso e ampliar a obrigatoriedade do PREPS.

Novamente, a Secretária Executiva do CPG reafirmou que não valeria a pena abrir para discussão estes tópicos, pois serão discutidos especificamente entre MPA, MMA e IBAMA.

O Sr. Gallucci (MMA) concordou que os pontos seriam debatidos internamente no governo e disse não esperar alterações substanciais, embora fosse necessário reapresentar a redação final ao CPG. Já o Sr. Marcos Domingos (APPAECSC) discordou, afirmando que a mudança na Ação 1.2 seria significativa e prejudicaria pescadores artesanais que não têm a corvina como alvo no período.

O Sr. Agnaldo dos Santos (SINDIPI/PESCA-BR) agradeceu ao MMA, mas cobrou cumprimento de prazos e planejamento estratégico, citando atrasos em outras pautas, como a ampliação da pesca de sardinha. O Sr. Gallucci reconheceu limitações de pessoal, afirmou que a demanda da sardinha era prioritária e que o MMA buscava entregar respostas dentro dos prazos. Disse que o Plano da Corvina não deveria ser adiado para além de 2025.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Agnaldo reforçou a cobrança por maior organização, lembrando que o CONAPE determinara que, se o prazo não fosse cumprido, deveria valer o que o CPG havia aprovado, e criticou retrabalhos e atrasos que travavam o ordenamento.

O Sr. Alexandre Novo (SINDARPES-RS) afirmou que o Plano já estava decidido e criticou a reabertura de discussões pelo IBAMA e MMA, alegando que isso desgasta o processo e favorece a pesca ilegal. Defendeu punições mais severas. O Sr. Fernando das Neves (SINDIPI) concordou, afirmando que a pesca ilegal cresce e não é registrada.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) lembrou que o GT Demersais SE-S foi criado para subsidiar uma reavaliação no ICMBio, mas devido aos atrasos isso não seria mais possível, lamentando que a meta passou a ser apenas a conclusão do Plano até o fim de 2025, sem garantia de cumprimento. Comentou os quatro pontos de divergência considerando a diferença entre “proibir captura” e “proibir desembarque” como apenas terminológica, defendendo manter a proibição em setembro; confirmou concordância geral sobre atribuir fiscalização ao SISNAMA; reafirmou que a restrição ao sonar refletia exatamente as discussões anteriores e teve apoio das entidades; e ressaltou que a ampliação do PREPS é positiva, mas atualmente inviável por limitações técnicas do sistema.

A Sr.^a Sandra Souza (SNPI/MPA) perguntou se haveria novas manifestações; não havendo, o Sr. Fernando afirmou que levaria o tema ao SINDIPI para definir próximos passos. O Sr. Alexandre (SINDARPES-RS) declarou que tudo já havia sido debatido, enquanto a Sr.^a Sandra destacou a ausência do CONEPE no GT e a diferença entre captura e desembarque para a pesca artesanal. SINDIPI e SINDARPES reiteraram que a discussão estava madura e lembraram que foi oferecido aos artesanais o uso do emalhe de superfície no período da desova, expressando preocupação com a percepção de que os órgãos ambientais poderiam conduzir a espécie à lista vermelha.

A Sr.^a Thamires Ventura (SNPI/MPA) explicou que a proibição para a frota artesanal ainda estava em discussão interna com a SNPA e que se trabalhava, junto ao MMA, em uma redação integradora que conciliasse conservação e viabilidade setorial. O Sr. Agnaldo dos Santos (SINDIPI/PESCA-BR) ressaltou a importância econômica da corvina e defendeu a implementação do Plano de Gestão com avaliação após um ano, reforçando a necessidade de cumprir prazos.



O Sr. Gallucci (MMA) reconheceu as incertezas, mas esclareceu que a existência de um Plano de Gestão rápido não influenciaria a decisão sobre ameaça, que se basearia nos dados disponíveis. Afirmou que o MMA não propõe proibir a corvina e busca garantir sua gestão sustentável. O Sr. Alexandre reforçou a importância da regulação do sonar para coibir a pesca ilegal e agradeceu o posicionamento do MMA.

O Sr. Fernando comentou sobre a diferença entre Plano de Gestão e de Recuperação, afirmando que este último poderia deslocar responsabilidades ao ICMBio, o que não teria apoio do SINDIPI. A Sr.^a Mariana Lobato questionou o MMA sobre a falta de uniformidade em relação ao uso de planos de gestão nas avaliações de ameaça, pedindo clareza metodológica. O Sr. Gallucci respondeu que a análise recente focou na existência de medidas de gestão efetivas ou iminentes, mais do que em planos formais, reforçando a relevância da gestão contínua.

A Sr.^a Sandra Souza, agradeceu as contribuições e encerrou o segundo dia de reunião.

Terceiro dia de reunião

A Sr.^a Sandra Souza (SNPI/MPA) agradeceu a participação e destacou a presença de novos participantes no terceiro dia, solicitando suas apresentações. O Sr. Agnaldo celebrou a sala cheia e pediu que o Sr. Martin contextualizasse os trâmites do CPG, especialmente sobre o Tratado de Alto Mar. Sandra informou que verificaria com a OCEANA e, havendo acordo, incluiria o tema nas Demais Demandas. Em seguida, leu a agenda e iniciou a primeira pauta, conduzida pela SNPA e SFPA-RS.

19. PROPOSTA DE ORDENAMENTO DA PESCA DE BOTES NO LITORAL NORTE DO ESTADO DO RS

O Sr. Leonardo Pinheiro (SNPA/MPA) informou que a proposta de ordenamento da pesca de bote foi fruto de parceria entre SNPA, SFPA-RS, pesquisadores e setor pesqueiro. Em seguida, a Sr.^a Ana Spinelli (SFPA-RS) apresentou o histórico da demanda, relatando que a modalidade de pesca com botes existe há cerca de 30 anos, no entanto a



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

pesca com cabos era a mais comum no litoral norte do RS. Porém, devido a acidentes fatais com surfistas, ocorreu a delimitação de áreas para a pesca com cabos e áreas de lazer. Ademais, devido à sazonalidade turística, ficou acordada a retirada dos cabos entre 15 de dezembro e 15 de março, sem compensação aos pescadores. Com a baixa produtividade dessa técnica e o aumento da pesca intensiva, a pesca com botes cresceu, tendo a demanda de ordenamento chegado ao MPA em 2023, resultando na construção conjunta da minuta de portaria.

O Sr. Sandro (Mano), pescador e coordenador do Fórum da Pesca do Litoral Norte, reforçou a intensa participação dos pescadores e a necessidade de considerar especificidades tradicionais, destacando a importância da integração entre conhecimento tradicional e científico.

O Sr. Leonardo iniciou a apresentação técnica, informando que a proposta também fora analisada pelo GTC. A minuta prevê criar a modalidade 6.12 na INI MPA/MMA nº 10/2011, para pesca de redes de emalhe com auxílio de botes no Mar Territorial do RS, utilizando redes de fundo e superfície, com áreas de exclusão, medidas mitigadoras da captura incidental de mamíferos aquáticos, especialmente a toninha, com refletores acústicos e vedação da pesca de superfície no verão. O monitoramento ocorrerá via mapa de bordo simplificado. A frota será limitada a 60 embarcações de até 10 m, com motores acima de 50 hp de potência, exigência justificada por segurança e pela normatização da Marinha. Também apresentou as espécies-alvo, fauna acompanhante, captura incidental e regras de registro e sanções. Quanto aos refletores acústicos, informou que desde 2020 há experimentos com garrafas PET fixadas às redes, técnica de baixo custo que reduziu em cerca de 90% a captura incidental de toninhas, baseada em método internacional aprimorado no Brasil. Foram comentadas ainda inovações e perspectivas da modalidade. A Sr.^a Ana Spinelli complementou que a modalidade era semelhante à diversificada costeira, diferenciando-se sobretudo pela potência dos motores.

Por fim, o Sr. Josiel (pescador) solicitou a exibição de uma foto dos botes, e, após a projeção da Figura 3, o Sr. Leonardo esclareceu que eram embarcações simples de fibra e madeira.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA



Figura 3. Exemplo de embarcação artesanal de pequeno porte, apresentado na proposta de ordenamento da pesca de botes no litoral norte do estado do RS.

O Sr. Alexandre Fonseca (EMA/MB) apresentou diversos questionamentos voltados à segurança da navegação, incluindo: limite máximo de afastamento da costa; existência de dispositivos de geolocalização para socorro; controle do tempo de permanência no mar; capacidade estrutural dos botes; possibilidade de uso de embarcações de apoio para descarga; existência de projeto-padrão para inspeção naval; situação das 60 embarcações previstas na modalidade; e equipamentos de salvatagem obrigatórios.

O Sr. Leonardo Pinheiro (SNPA/MPA) informou que as embarcações já eram reconhecidas pela Marinha, que a minuta exigia registro, normas de segurança e vistoria pelo PROPESC, e que as viagens seriam curtas e próximas à costa. O Sr. Alexandre Fonseca agradeceu e ressaltou o avanço do planejamento espacial marinho e a importância da participação do setor pesqueiro.

O Sr. Bonilha (IBAMA) parabenizou a organização da proposta e questionou a classificação como diversificada costeira, lembrando que a INI MPA/MMA nº 10/2011 limitava essa modalidade a motores de até 18 hp. Ressaltou também que o art. 15 da INI MPA/MMA nº 12/2012, norma ainda vigente, restringia a entrada de novas embarcações de emalhe exceto as de até 8 m, 2 AB e 18 hp, e que espécies sob controle de esforço estavam vedadas para captura pela [IN IBAMA nº 135/2006](#). Assim, sugeriu que a modalidade se adequasse ao item 2 da INI nº 10/2011, como uma modalidade de emalhe



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

e não de costeira diversificada, e que fossem observados os tamanhos de malha previstos na INI nº 12/2012, alertando que malhas acima de 14 cm poderiam indicar direcionamento à captura de tubarões.

O orador alertou para limites de tamanho das embarcações e redes, dado que os botes têm pouca capacidade e não contam com apoio. Recomendou esclarecer na norma o comprimento das redes (50–1000 m), possível uso de redes fixas, marcações obrigatórias do RGP e delimitação da área de atuação. Destacou ainda que as 60 embarcações referem-se à frota já existente, pois o objetivo é apenas reconhecê-la e regularizá-la.

O Sr. Leonardo Pinheiro explicou que os limites de esforço seriam de até 3.000 m para redes de fundo e 2.000 m para redes de superfície, definidos com base em levantamentos, e que o aumento da malha para até 18 cm buscava adequar a captura do linguado e reduzir a de bagres. Informou que eventuais paralisações seriam debatidas no Plano da Corvina, junto com medidas para reduzir a captura de elasmobrânquios. Detalhou que a pescaria opera em períodos de dois a três dias, com interrupções pelo clima, o que impede patrulhamento diário, e que as redes só seriam retiradas em mau tempo ou baixa captura. Ressaltou a necessidade de revisar a INI MPA/MMA nº 12/2012 e afirmou que a minuta já descreve a dinâmica operacional.

A Sr.^a Roberta Santos (ICMBio) reconheceu avanços, mas pediu refinamentos para reduzir impactos, citando interações com tartarugas e cações. Propôs limitar redes a 1.000 m e pediu esclarecimentos sobre impactos na pesca de cabos, além de alertar para riscos de deixar redes na água em mau tempo.

O Sr. Roberto Wahrlich (GTC) afirmou que o grupo analisou amplamente a proposta, incorporando preocupações ambientais, e defendeu o reconhecimento da frota, monitoramento periódico e ampliação da regulamentação para o sul de SC. A Sr.^a Sandra Souza e o Sr. Leonardo agradeceram.

O Sr. Frank Marques (AMFRI) pediu explicações sobre a metodologia das garrafas PET e o volume de redes. O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) e o pescador Mano esclareceram que cada embarcação usa várias panagens e pode fazer mais de uma viagem. O Sr. Leonardo Pinheiro reforçou que o esforço total soma todas as panagens por barco. E o pesquisador Federico Sucunza (GEMARS) relatou o trabalho com comunidades desde 2018, explicando que as garrafas funcionam como barreiras detectadas por cetáceos,



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

reduzindo captura incidental sem afetar a pesca, com resultados preliminares indicando queda de 50% na captura de tartarugas.

O Sr. Fernando das Neves (SINDIPI) perguntou sobre efeitos em diferentes profundidades, e o professor Frederico Sucunas informou que só foram feitos testes até 20 m.

Questionado pela AMFRI sobre PREPS, o Sr. Leonardo Pinheiro explicou que as embarcações não têm estrutura para o equipamento, mas buscam soluções de rastreamento de baixo custo. O Sr. Roberto Gallucci (MMA) reforçou a importância de monitorar frotas artesanais, sugerindo câmeras a bordo e ampliação da medida mitigadora. A Sr.^a Veronica Barros destacou o pioneirismo da mitigação, aprovada na Comissão Internacional da Baleia, e defendeu o uso de tecnologias de monitoramento acessíveis.

A Sr.^a Rafaela Passarone (SERMOP/MPA) pontou a dificuldade de observadores a bordo, mas destacou o papel do reporte eletrônico. Parabenizou o estudo e a construção coletiva da minuta. O Sr. Cadu Villaça defendeu a descentralização da gestão pesqueira, citando o PL do CONEPE, e reforçou que, se sustentável, não há impedimento para ampliar a frota. Reiterou a importância do envolvimento municipal no reporte.

O Sr. Sandro, Mano (Fórum da Pesca do Litoral Norte do RS), expressou frustração com a demora do processo, lembrando que a frota atua há mais de 30 anos e participa de negociações há dois anos, sem avanços concretos. Ressaltou que não buscam competir com outras modalidades e que não houve redução de estoque em sua região, indicando baixo impacto. Relatou problemas como prisões de pescadores devido à falta de regularização e apelou por uma solução, lamentando que a reunião não tenha trazido o resultado esperado. A Sr.^a Sandra Souza (SNPI/MPA) agradeceu o depoimento e reforçou que as discussões continuariam, recebendo apoio do Sr. Fernando.

O Sr. Martin Dias (OCEANA) elogiou a articulação comunitária e defendeu avanço rápido da norma com revisão futura, criticando a falta de atualização de normas antigas e a resistência do MPA à descentralização.

O Sr. Roberto Wahrlich reforçou que o GTC analisou apenas o que lhe foi enviado e sugeriu incluir SC. O SINDARPES-RS reiterou posição contrária à gestão compartilhada, defendendo autonomia do MPA e elogiando a pesquisa sobre mitigação. Questionou



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

embarcações sem identificação no RS. O Sr. Alexandre Novo reforçou apoio à proposta, que traria dignidade a pescadores tratados como clandestinos.

O Sr. Marlon Arenhardt (SDR-RS) afirmou que os avanços só terão efeito com a publicação da norma e que a proposta segue parâmetros já previstos.

O prof. Frederico Sucunas (GEMARS) agradeceu os elogios, reforçando o esforço conjunto com a comunidade, que busca métodos que conciliem pesca e conservação. Destacou o pioneirismo da proposta que reconhecida pela Comissão Internacional da Baleia, Comissão a qual recomendou a expansão internacional da técnica. Apontou que o monitoramento é essencial, mas deve ser adequado à realidade da pescaria para gerar dados robustos e de qualidade. Relatou ainda bons resultados com experimentos de monitoramento eletrônico por câmeras, o que deve ser visto como uma oportunidade e não um entrave para a aprovação da proposta apresentada.

A Sr.^a Adayse da Guarda (SNPA/MPA) afirmou que a pesca artesanal é uma cadeia tradicional protegida constitucionalmente e que a proposta integra ciência e saber local. Expressou preocupação com a demora, que prejudica os pescadores, reconheceu o esforço da comunidade em participar do processo e defendeu que a proposta já reúne os requisitos para regularização. Solicitou um encaminhamento concreto, com prazo dos órgãos ambientais, e a aplicação do princípio da razoabilidade diante da situação dessa população tradicional.

O Sr. Bonilha (IBAMA) afirmou que o órgão não apresentou óbice à proposta, já aprovada pelo GTC, mas apenas solicitou esclarecimentos e apresentou sugestões diante de uma minuta que não havia sido disponibilizada integralmente aos participantes, o que naturalmente gerou dúvidas. Defendeu que qualquer proposta precisa ser discutida no CPG e ressaltou que o IBAMA elogiou a iniciativa, buscando apenas garantir o cumprimento das normas ambientais e a sustentabilidade dos recursos. Questionou o motivo das críticas dirigidas ao órgão e reiterou que sua sugestão referiu-se apenas à readequação da modalidade dentro das frotas de emalhe para alinhamento às normas vigentes.

A Sr.^a Adayse da Guarda esclareceu que citou IBAMA e ICMBio por serem essenciais à gestão, agradeceu o apoio do IBAMA e pediu posicionamento claro do ICMBio e do MMA para aprovar a norma.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) concordou parcialmente com o IBAMA, afirmou que as propostas já passam por análise prévia e criticou ajustes do MMA considerados desconectados, e destacou a urgência da regularização e os prejuízos causados à comunidade.

O Secretário de Pesca, Sr. Giovani Pereira (pescador e presidente da Associação de Pesca de Imbé), afirmou que a proposta resulta de anos de luta pelo reconhecimento da frota tradicional e de uma pescaria de subsistência. Relatou a preocupação constante dos pescadores diante da dificuldade de vender o pescado e do risco de serem presos, dizendo que muitos estão sendo tratados como bandidos. Defendeu que os aspectos ambientais e sociais sejam considerados, destacando que os pescadores de Imbé/SC realizam automonitoramento. Explicou que, quando há aviso de mau tempo, retiram as redes fixas para evitar perdas. Reforçou a importância da união da pesca artesanal e seu papel na cadeia produtiva. Afirmou que o objetivo dos pescadores é a regularização, não a clandestinidade, e alertou que a gestão deve considerar a realidade local, marcada por limitações de acesso a tecnologias básicas e, em muitos casos, pela baixa escolaridade.

O Sr. Roberto Gallucci (MMA) explicou que a aprovação de normas exige etapas técnicas e jurídicas e que suas contribuições antecipavam análises futuras, não significando oposição. Disse não entender o descontentamento, pois a proposta chegou ao MMA apenas no fim de agosto, e reforçou concordância com o mérito, faltando apenas ajustes entre os órgãos.

A Sr.^a Roberta dos Santos (ICMBio) reconheceu avanços e valorizou o histórico da pescaria, lamentando críticas ao órgão. Destacou a importância da participação ambiental no CPG, observou que a gestão centralizada torna processos lentos e apontou necessidade de ajustes, como maior clareza sobre estudos do GTC, tamanho das redes e previsão de monitoramento e revisão. Afirmou que as contribuições buscavam aprimorar a norma, não impedir sua aprovação.

O Sr. Fernando das Neves (SINDIPI) apoiou integralmente a proposta, ressaltando o risco à exportação da corvina e as condições duras enfrentadas pelos pescadores.

O Sr. Alexandre Novo (SINDARPES-RS) criticou a lentidão da gestão compartilhada e a falta de publicação de normas já aprovadas, como a revisão da INI MPA/MMA nº 10/2011. Defendeu maior autonomia ao MPA e rapidez na implementação do trabalho local.



O Sr. Frederico Sucunas (GEMARS) pontuou que a não publicação da revisão da INI MPA/MMA nº 10/2011 resultara de falha do governo anterior, e não do atual. O Sr. Alexandre contestou, mas a Sr.^a Sandra interveio para encerrar o debate que se iniciava na sala, solicitando foco na pauta.

O Sr. Bonilha (IBAMA) afirmou que o CPG não é espaço para disputas políticas e que seus membros atuam tecnicamente. Disse que a pauta da pesca de bote surgiu já na primeira reunião de 2023, a partir de demanda do Sr. Marlon Arenhardt (SDR-RS), e que o IBAMA apoiou sua formalização junto à SFPA-RS, o que foi corroborado pela superintendente Sr.^a Ana Spinelli. Considerou incorreto afirmar que o meio ambiente atrasa processos, pois a matéria só chegou pronta ao CPG nesta reunião. Reforçou que uma demanda de ordenamento ser resolvida em um ano e meio é um caso de prazo curto pois normas exigem tempo, debate e base científica, e ressaltou também que a tramitação pelo CPG garante sua legitimidade.

O Sr. Frank Marques (AMFRI) esclareceu que suas perguntas buscavam entendimento da modalidade, reiterou apoio à proposta e destacou que regularizar pescarias não autorizadas fortalece dados e protege o setor, parabenizando a metodologia.

O Sr. Agnaldo dos Santos (SINDIPI/PESCA-BR) apoiou a normatização da pesca de bote, ressaltando o compromisso do setor com a redução da captura de toninhas. Destacou a importância da cooperação entre órgãos e elogiou a fiscalização do IBAMA, afirmando que sua presença das reuniões do CPGs é de extrema importância como órgão fiscalizador. Contudo, reforçou a necessidade de cumprir prazos e a urgência do ordenamento, colocando o sindicato à disposição.

A Sr.^a Sandra agradeceu as falas e encerrou a pauta, passando aos demais pleitos de ordenamento, incluindo apresentação da OCEANA e da Sr.^a Mariana Lobato sobre BBNJ.

20. DEMAIS PLEITOS DE ORDENAMENTO DOS RECURSOS PESQUEIROS DEMERSAIS DAS REGIÕES SUDESTE E SUL

Esclarecimentos sobre o Tratado BBNJ



O Sr. Martin Dias (OCEANA) por acompanhar a página de Instagram da OCEANA Brasil, convidando os demais a acompanharem os bons conteúdos científicos compartilhados na página. Assim, explicou brevemente o Tratado BBNJ, voltado à conservação da biodiversidade marinha em áreas além das 200 MN. Destacou que o acordo, já ratificado pelo Brasil, não trata diretamente de pesca, mas se relaciona às RFMOs, à governança de áreas marinhas protegidas e a recursos genéticos. Como não participou das negociações, sugeriu que o governo detalhasse o tema.

A Sr.^a Mariana Lobato (SNPI/MPA) prosseguiu, explicando que o tratado fora negociado por mais de 20 anos no âmbito da ONU e ainda dependia da definição de procedimentos, especialmente sobre financiamento. Informou que as discussões avançariam em outubro/2025 e que a FAO já articula com o secretariado do BBNJ para tratar da interface com a pesca. Destacou que o MPA defende a consulta obrigatória às organizações regionais de pesca sempre que houver risco de impacto sobre alguma pescaria brasileira.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) afirmou apoio ao tratado, destacando sua abrangência além da pesca, mas alertou para impactos sobre a atividade e para o respeito à ICCAT.

O Sr. Agnaldo dos Santos (SINDIPI) agradeceu os esclarecimentos, citou invasões às 200 MN e a importância da segurança nacional. Ademais, comentou que mudanças institucionais mostram como os caminhos profissionais são dinâmicos, mas não deveriam alterar compromissos com a pesca, dando como exemplo a saída da servidora Mariana Lobato do MPA que passaria a trabalhar no IBAMA, e parabenizando-a pela conquista de passar no concurso. Por fim, defendeu avanços como o Plano da Corvina.

A Sr.^a Sandra Souza encerrou com um comentário bem-humorado sobre o anúncio antecipado da saída de Mariana do MPA, o qual ela falaria sobre ao fim da reunião.

Esclarecimentos e sugestões GTC

O Sr. Roberto Wahrlich comentou sobre a [REC 25/2023](#), relacionada ao *trynet*, lembrando que havia um relatório técnico da UNIVALI enviado ao MPA há dois anos, cuja recomendação de contratação de consultoria para estudos complementares não foi



atendida. Sugeriu encaminhar o relatório para avaliação do GTC e apresentar, na próxima reunião do CPG, uma proposta de regulamentação, sem descartar a consultoria. Sobre a [REC 06/2024](#), sobre revisão de ordenamento da pesca de talude, explicou que o MPA havia sugerido discutir o tema no GT Demersais SE-S após o Plano da Corvina, mas o GT expirou. Defendeu que o assunto siga no CPG e no GTC, evitando grupos paralelos que atrasam processos. Também destacou problemas na recondução e na indicação de membros do GT, pedindo revisão e consulta direta aos participantes. A Sr.^a Sandra Souza concordou e acrescentou que, se necessário envolver outras entidades, um GT específico poderia ser criado.

O Sr. Cadu (CONEPE) reforçou a urgência da regulamentação do *trynet*. Wahrlich informou que já há levantamentos globais, e o Sr. Fernando comentou que existem dados de observadores. Cadu destacou que o *trynet* já é usado, mas gera autuações devido à falta de norma. O SINDIPI apoiou a regularização imediata, apontando que o equipamento é ambientalmente favorável e utilizado por mais de 300 embarcações. Quanto à pesca de talude, lembrou os encaminhamentos sobre cotas de abrótea de profundidade e merluza, que seguiriam como recomendações.

Sem novas intervenções, a Sr.^a Sandra passou a palavra à Sr.^a Mariana Lobato, a qual anunciou sua saída do MPA após aprovação em concurso do IBAMA. Mariana agradeceu os anos de trabalho conjunto e afirmou que o CPG permanecerá bem conduzido pela equipe da coordenação. O Sr. Bonilha e demais participantes a parabenizaram. Em seguida, iniciou-se o intervalo.

Período da tarde

21. RECOMENDAÇÕES

A Sr.^a Sandra Souza, Secretária Executiva do CPG, deu início à pauta das recomendações solicitando auxílio nas redações, reforçando que não seriam retomadas as discussões. Desta forma, as [recomendações definidas na 4ª Reunião Ordinária do CPG Demersasis SE-S](#) encontram-se na tabela abaixo:

RECOMENDAÇÃO	RESPONSÁVEL (Nome/instituição)	PRAZO PARA ATENDIMENTO*
--------------	-----------------------------------	----------------------------



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REC 1/2025: Emitir Parecer único (MPA e MMA) sobre percentual de fauna acompanhante em relação à espécie alvo	MPA e MMA	Segundo semestre de 2025
REC 2/2025: Reunir com os coordenadores dos GTCs para verificar a possibilidade de publicar, no site do MPA, os pareceres científicos emitidos	MPA	Novembro de 2025
REC 3/2025: Enviar para a revisão da Rede Pesca Brasil, a prerrogativa de publicidade ativa dos Pareceres emitidos pelos GTCs	MPA e MMA	Segundo semestre de 2025
REC 4/2025: Participação do setor pesqueiro e dos CPGs e GTCs na atualização das questões referentes aos Mapas de Bordo	MPA	Contínuo
REC 5/2025: Solicitar ao ICMBio o produto de consultoria referente à criação da UC do Albardão e a nova proposta de criação e circular ao CPG Demersais SE/S	Coordenação do CPG Demersais SE/S	Segundo Semestre de 2025
REC 6/2025: Solicitar ao ICMBio que as novas propostas de Unidades de Conservação que abrangem áreas de pesca sejam pautadas no CPG ou CPGs pertinentes antes de serem submetidas à Consulta Pública	Coordenação do CPG Demersais SE/S	Out/25
REC 7/2025: Estabelecer cotas e medidas associadas na pesca de abrótea de profundidade para as modalidades de permissionamento 2.3 e 3.12 e limite de captura de merluza para as modalidades de permissionamento 2.3 e 3.12, conforme proposta apresentada durante a reunião do CPG, verificando a possibilidade de alternativa de pesca para a 3.12	MPA e MMA	Segundo Semestre de 2025
REC 8/2025: Solicitar a priorização da revisão de avaliação de estoque da abrótea de profundidade e merluza no Projeto REMANEJAR do Edital CNPq 15/2024 ou contratar revisão de avaliação de estoque da abrótea de profundidade e merluza	MPA MPA e MMA	Segundo Semestre de 2025 Primeiro Trimestre de 2026
REC 9/2025: Publicar ato normativo de ordenamento dos camarões de profundidade (respeitando os polígonos apresentados pelo GTC), com 4 vagas na modalidade, sendo que as concessões de Autorização de Pesca para as 2 Permissões Prévias de Pesca emitidas dependem de recomendação do CPG Demersais SE/S, após apresentação de novos estudos	MPA e MMA	Até dezembro de 2025
REC 10/2025: Integrar os projetos do Edital CNPq 15/2024 na Rede Pesca Brasil	MPA	Primeiro semestre de 2026
REC 11/2025: Elaborar cronograma para escuta ampliada, urgente, com setor pesqueiro artesanal e industrial referente ao período de defeso dos camarões	MPA e MMA	Segundo semestre de 2025



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

e considerar as informações provenientes do PROPESC para regionalizar o defeso dos camarões		
REC 12/2025: Avaliar a proposta de novo defeso do camarão rosa, de forma transitória, com delimitação de área, para frota industrial autorizada para captura do camarão rosa, até que a regionalização dos defesos seja estabelecida	MPA e MMA	Segundo semestre de 2025
REC 13/2025: Enviar ao GTC Demersais SE/S a proposta de ordenamento da pesca industrial de lula, apresentada no CPG Demersais SE/S, e os subsídios encaminhados pelo setor pesqueiro	Coordenação do CPG Demersais SE/S	Outubro de 2025
REC 14/2025: Realizar reuniões em comunidades do SE/S para elaborar proposta de ordenamento da pesca artesanal de lula	MPA e MMA	Primeiro Semestre de 2026
REC 15/2025: Encaminhar ao GTC Demersais SE/S a proposta de inserir a pescadinha-amarela como espécie alvo na modalidade de permissionamento 2.4 e 2.13 da INI MPA/MMA nº 10, de 2011	Coordenação do CPG Demersais SE/S	Outubro de 2025
REC 16/2025: Avaliar a composição das capturas da pesca de emalhe nas áreas de exclusão de pesca de emalhe, especialmente a Área III, estabelecidas pela INI MPA/MMA nº 12, de 2012, no período anterior a publicação da normativa	GTC Demersais SE/S	Primeiro semestre de 2026
REC 17/2025: Solicitar à secretaria executiva do CONAPE que paute na próxima reunião as questões apresentadas no documento da NOAA referente à suspensão de exportação de algumas espécies	Coordenação do CPG	Outubro de 2025
REC 18/2025: Estabelecer limitação de profundidade de operação (máximo 250 m) para as modalidades de permissionamento 2.4 e 2.13 da INI MPA/MMA nº 10, de 2011	MPA e MMA	Primeiro Semestre de 2026
REC 19/2025: Publicar o Plano de Gestão da Corvina	MPA e MMA	Segundo Semestre de 2025
REC 20/2025: Regulamentar a pesca com bote conforme proposta apresentada durante a reunião do CPG Demersais SE/S	MPA e MMA	Segundo Semestre de 2025
REC 21/2025: Encaminhar ao GTC Demersais SE/S o relatório da UNIVALI sobre <i>trynet</i>	Coordenação do CPG Demersais SE/S	Outubro de 2025

*Trata-se do prazo para dar início às tratativas da recomendação.

Durante a definição da redação das recomendações, houve extensas discussões sobre algumas recomendações, às quais os participantes esclareceram dúvidas sobre os encaminhamentos, em especial quanto às discussões sobre o defeso de camarões (REC



11/2025 e REC 12/2025); a criação de Unidades de Conservação, em especial da UC do Albardão (REC 07/2025 e REC 08/2025); a publicação de ato normativo de ordenamento dos camarões de profundidade (REC 09/2025); e avaliação da eficácia das áreas de exclusão da INI MPA/MMA nº 12/2012 (REC 16/2025).

Após o estabelecimento das recomendações, a Sr.^a Sandra seguiu para a última pauta da reunião.

22. DEFINIÇÃO DO CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO CPG DEMERSAIS SE/S PARA 2026

Com relação à definição de calendário para 2026, a Sr.^a Sandra Souza, Secretária Executiva do CPG, informou que, caso não haja reunião extraordinária em 2025, a próxima reunião do CPG ocorrerá apenas em 2026, solicitando sugestões de local. O Sr. Frank Marques (AMFRI) propôs Porto Belo/SC; o Sr. Bonilha sugeriu Espírito Santo, destacando a pesca artesanal do polvo; outro participante sugeriu Rio de Janeiro. O Sr. Fernando sugeriu Itajaí/SC, mas a AMFRI ponderou que o Rio de Janeiro contemplaria melhor os demais participantes. O Sr. Fernando das Neves (SINDIPI) propôs uma reunião extraordinária sobre corvina no início de dezembro/2025.

A Sr.^a Sandra perguntou sobre a data da reunião ordinária, e apenas o coordenador do GTC sugeriu o mês junho, o que foi questionado pelos participantes. A oradora explicou que o GTC teria muitas devolutivas a preparar, e o Sr. Roberto Wahrlich (GTC) lembrou que o regimento da Rede Pesca Brasil exige ao menos uma reunião ordinária anual, sem impedir extraordinárias para temas específicos, sugerindo marcar a ordinária para o fim do semestre, garantindo tempo ao GTC.

O Sr. Agnaldo dos Santos (SINDIPI/PESCA-BR) reforçou a importância do cumprimento dos prazos das recomendações e pediu que sejam mais específicos, pois impactam diretamente o setor. A Sr.^a Sandra reiterou que os prazos gerais referem-se ao início das tratativas, e apenas recomendações com datas explícitas têm prazo fechado, comprometendo-se a considerar o pedido de maior precisão.

O Sr. Marlon Arenhardt (SDR-RS) afirmou que junho de 2026 seria muito distante e que extraordinárias não têm ocorrido para tratar demandas urgentes, como o ordenamento



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

de botes. Sugeriu que a ordinária seja em abril ou maio. O coordenador do GTC respondeu que extraordinárias só ocorrerão com pedido formal e que uma ordinária poderia ser antecipada, com o GTC apresentando o que estiver concluído, admitindo a possibilidade de duas ordinárias em 2026.

Houve debate sobre impactos eleitorais caso a reunião ocorra no fim do ano. O Sr. Martin Dias (OCEANA) observou que junho significaria nove meses sem reunião, concordando que as eleições afetariam as pastas. OCEANA e SINDIPI apoiaram abril. A Sr.^a Sandra Souza (SNPI/MPA) registrou a sugestão e informou que será considerada.

23. ENCERRAMENTO

A Secretária Executiva do CPG, Sr.^a Sandra Souza, agradeceu o apoio da SFPA-RS e agradeceu a participação de todos. Por fim solicitou que abrissem as câmeras para fazer o registro das fotos oficiais e encerrou a 4^a Reunião Ordinária do CPG Demersais SE-S.